

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NAS APAES MINEIRAS



Instituto de Ensino e Pesquisa
UNIAPAE - MG



FEAPAES - MG
Federação das Apaes do Estado

2017

EXPEDIENTE

ORGANIZAÇÃO

Maria do Carmo Menicucci

ELABORAÇÃO

Darci Fioravante Barros Barbosa (*in memoriam*)
Eduardo Luiz Barros Barbosa
Júnia Ângela de Jesus Lima (*in memoriam*)
Luiza Costa Silva (*in memoriam*)
Maria do Carmo Menicucci
Maria Juanita Godinho Pimenta
Marli Helena Duarte Silva
Sérgio Sampaio Bezerra

COLABORAÇÃO

Luisa Senna Oliveira do Valle
Natália Lisce Fioravante Diniz
Sérgio Sampaio Bezerra

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Eduardo Luiz Barros Barbosa
1ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos Borges (*in memoriam*)
2ª Vice-Presidente: Gláucia Aparecida Costa Boaretto
1ª Diretora Secretária: Maria Rozilda Gama Reis
2ª Diretora Secretária: Lúcia Helena Gesteira Couto de Freitas
1ª Diretora Financeira: Judith Maria de Magalhães Monteiro
2ª Diretora Financeira: Maria Dolores Pinto
1º Diretor Social: Maria Aparecida Aguiar Adjuto
2º Diretor Social: Stela Maris Pimenta Rodrigues
Diretor de Patrimônio: Cirilo Figueiredo Monção

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Pedro Rogério Gonçalves
Augusto Soares dos Santos
Sandro Cataldo da Mota

Membros Suplentes

João Braga Couto
Francisco Eugênio
Alex Abadio Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alto Paranaíba I – Maria das Graças Oliveira Ancelmo
Alto Paranaíba II – Maria Abadia De Oliveira
Alto Rio Pardo – Celina Marques Mendes
Campo das Vertentes – Luiz Eduardo Bergo
Centro I – Débora Gontijo Labory
Centro II – Maria Meyer Vieira Zica
Centro IV – Denise de Oliveira Reis Gomes
Centro V – Isabel Cecília de Oliveira Lopes
Centro Oeste I – Adriana de Souza Couto
Centro Oeste II – Marli Helena Duarte Silva
Centro Oeste III – Maria Celeste de Paulo
Circuito das Malhas – Maria Taíza Pereira Resende
Circuito das Águas I – Paloma Pereira Carvalho
Circuito das Águas II – Eduardo Gonçalves
Noroeste Mineiro – Arlete Aparecida Assunção Lima
Médio São Francisco – Clarissa Mendes de Oliveira
Norte I – Eliete Veloso Silva e Oliveira
Norte II – Rúbia Patrícia Ferreira
Sudoeste I – Luzia Pontara
Sudoeste II – Tamara Guimarães Pereira
Sul I – Mary Lucy DLorenzo Nardi

Sul II – Nuno Augusto Alves
Três Vales – Célio Ferreira Alves
Triângulo Mineiro I – Ilka Fiori dos Santos
Triângulo Mineiro II – Vilma Paula Machado
Vale da Eletrônica – Maria do Rosário Oliveira Machado
Vale do Aço I – Maria Aparecida de Oliveira Torres
Vale do Aço e Rio Doce – Rogério Morais do Nascimento
Vale do Suaçuí – Janete Ferreira Pimentel de Sena
Vale do Jequitinhonha – Tábata Teixeira Domas
Vale do Mucuri – Jane Alves Marx
Vale do Piranga – Maria Elizabeth Moreira Leite
Zona da Mata I – Rodney Agostinho da Silva
Zona da Mata II – Jussara Araújo Mendes
Zona da Mata III – Lívia Luz de Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Eduardo Luiz Barros Barbosa
Luiza Pinto Coelho
Sérgio Bezerra Sampaio

AUTODEFENSORES 2017

Daiana Paula Silva
Lincoln Jerônimo Dantas Felipe

EQUIPE DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradora Jurídica

Maria Tereza Feldner

Administrativo/Financeiro

Ana Paula Medeiros
Fernanda Nunes
Johnathan Castro
Milton Gontijo Ferreira
Regiane Porto
Ricardo Diniz
Ronildo Nogueira

Relacionamento com as filiadas (Sala de Soluções)

Bruna Morato Israel
Janaína Vieira

Técnica de Informática: Franciene Raiane de Souza

Assessoria de Marketing: Luisa Senna

Acompanhamento e Monitoramento: Jarbas Feldner

Consultoria Técnica

Bruna Campos de Oliveira
Natália Lisce Fioravante Diniz
Maria Juanita Godinho Pimenta
Marli Helena Duarte Silva

Coordenação Instituto de Ensino e Pesquisa Uniapae-MG: Maria do Carmo Menicucci

Secretaria do Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE-MG: Mary Alves Brito

TRANSCRIÇÃO

Pablo Juan Candido da Silva

EDITORAÇÃO GRÁFICA E NORMALIZAÇÃO

Inácio Mariani



APOIO



SUMÁRIO

01 APRESENTAÇÃO 5	02 UMA PALAVRA INICIAL 7
03 O USUÁRIO DOS SERVIÇOS DA APAE 11	04 VIDEO CONFERÊNCIAS 15
04.1 Organização Dos Serviços De Assistência Social 16	04.2 Organização Dos Serviços De Saúde 29
04.3 Organização Dos Serviços De Emprego Apoiado 51	04.4 Organização Dos Serviços De Educação 59
05 UMA PALAVRA FINAL 90	

01

APRESENTAÇÃO

Esse documento é resultado das transcrições das apresentações e dos respectivos debates de três videoconferências realizadas com as Apaes mineiras durante o ano de 2017. Tais videoconferências foram coordenadas pelo Presidente da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (Feapaes-MG), Eduardo Barbosa, apoiado pelos técnicos dessa instituição: Luiza Costa (*in memoriam*) e Maria Juanita Pimenta na área de assistência social; Darci Fioravante (*in memoriam*) na área de saúde e, juntamente com Sérgio Sampaio, na área de emprego apoiado, além de Junia Ângela de Jesus (*in memoriam*), Marli Duarte e Maria do Carmo Menicucci na área de educação.

Foi a avaliação positiva feita pelos participantes das videoconferências, um total de 1.612 profissionais de Apaes de todo o Estado, que nos levou a organizar este documento, acreditando que com o caráter de praticidade que prevaleceu em todas as temáticas, certamente poderá ser mais uma ferramenta de consulta para os profissionais responsáveis pela estruturação dos serviços nas Apaes. Optamos pela organização sob a forma de Perguntas e Respostas, entendendo que essa permitiria manter, na linguagem escrita, o tom coloquial das conversas entre a equipe da Federação das Apaes e os profissionais que fazem a Rede Apaeana em Minas Gerais.

Diante disso, esse documento está estruturado com uma palavra inicial que reflete sobre o caminho percorrido pelas Apaes no que se refere a sua oferta de serviços. O item dois traz uma reflexão acerca do entendimento da pessoa com deficiência intelectual nos dias atuais. Seguindo com as apresentações e os debates ocorridos nas quatro áreas: assistência social, saúde, emprego apoiado e educação, e por fim uma palavra final.

...

02

UMA PALAVRA INICIAL

Por Eduardo Barbosa *

* Médico Pediatra, Especialista em Saúde Pública, Ex-presidente da Apae de Pará de Minas, da Federação Nacional das Apaes e Presidente da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais.

Ao longo da sua história que vem sendo construída há 62 anos de vida, a Apae foi pautada como uma instituição que tinha como o seu carro-chefe a escola. A escola especial, precursora de todos os outros serviços que implantamos. E foi justamente por causa do trabalho desenvolvido com pessoas com deficiência nessa escola especial da Apae, que grupos de psicólogos e educadores deram início às primeiras experiências e estudos em outras escolas especiais do país. Portanto, temos orgulho de afirmar, sem medo de errar, que por sermos pioneiros, acumulamos conhecimentos que nos credenciam e consolidam o nosso trabalho nessa área.

Esse trabalho tem mudado muito, principalmente, quando a perspectiva de inclusão escolar fez com que o sistema educacional comum assumisse a criança com deficiência nas suas escolas. A nossa escola foi, cada vez mais, se voltando para um público mais específico, que são as pessoas com deficiência intelectual que necessitam de apoios mais extensivos e possuem outras deficiências associadas, portanto com maiores comprometimentos. Nós tivemos então o deslocamento de diversos alunos, que eram nossos, que foram para a escola comum. E lá, passaram a ter a possibilidade de fazer um percurso escolar. Em muitos municípios a nossa escola reduziu o número de seu alunado, mas ficamos com um número que exige de nós mais especificidade. Exige de nós mais conhecimento.

Quando surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA) na década de 1960/1970, foram criadas as primeiras estruturas na área de reabilitação com profissionais específicos e as Apaes começaram também a ofertar esses serviços de reabilitação, com conceitos vigentes àquela época, que preconizavam reabilitar as pessoas primeiro para que depois elas fossem integradas na comunidade e na sociedade. Isso foi muito importante naquela época, porque a escola só funcionava com educadores e pedagogos e a partir dessa proposição nós passamos a ter uma equipe multidisciplinar.

Foi então que chegaram profissionais de diversas áreas, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, e outros técnicos que agregaram novas informações e maior compreensão das necessidades destas pessoas com deficiência.

Há algumas décadas o próprio Ministério da Saúde começou a delinear uma política de atenção e cuidado para as pessoas com deficiência, quando surgiram as primeiras portarias que regulamentavam instituições como a nossa, possibilitando firmar convênios com o Sistema Único de Saúde para prestar o atendimento multidisciplinar.

Quando a LBA foi extinta, esse trabalho foi migrado para o Ministério da Saúde e hoje nós temos uma concepção definida de uma rede de cuidados para o Brasil na área de saúde e aqui, em Minas Gerais, evoluiu-se muito com essa rede de cuidados, porque a Secretaria de Saúde da época desenhou um modelo próprio de acordo com a realidade mineira. Em Minas Gerais essa rede de cuidados, em sua grande maioria, foi constituída com a Apae no Sistema Único de Saúde.

Esses dois serviços, tanto educação, quanto saúde, têm uma história, uma tradição, com o acúmulo significativo de conhecimento. No entanto, nós fomos observando durante esses anos todos, que estávamos ficando com uma clientela que estava envelhecendo. Uma clientela que havia concluído o sistema educacional, mas não tinha o percurso escolar para alcançar a conclusão de ensino fundamental ou ensino médio. Muitas dessas pessoas estavam na Apae desde a sua fundação, tendo alcançado já uma faixa etária mais envelhecida, para as quais não tínhamos uma estrutura adequada.

Felizmente, a Constituição de 1988 definiu no Brasil uma nova política de assistência social, inclusive com estruturas responsáveis por essa política e a partir da Lei Orgânica de Assistência Social, chamada LOAS, e depois com a definição da política nacional de assistência social, nós temos um sistema único de assistência social.

E isso para nós é muito bom, porque aquele vazio assistencial que nós tínhamos para esse público vulnerável de assistência, em condições inadequadas de inclusão social, que tem ainda famílias fragilizadas e estavam envelhecidas, suscitou em nós a grande possibilidade de organizarmos a área de assistência social dentro das Apaes.

Esse movimento é ainda muito novo, está começando a se organizar para criar uma nova estrutura de serviços a partir dos dois últimos anos dentro de nossas Instituições. Ninguém

dentro de nossa rede tem ainda uma expertise acumulada nessa área. No entanto, nós temos usuários, principalmente adultos e pessoas em envelhecimento, que precisam da política assistencial social através dos serviços de assistência social que nós estamos tentando organizar na rede Apae.

Neste panorama que nós temos eu gostaria de dizer que os três carros-chefes que nós temos dentro da instituição Apae são: a educação, a saúde e a assistência social. E, provavelmente em curto prazo, o grande carro-chefe da rede Apaeana será o sistema de assistência social, justamente pelo número de pessoas que estão envolvidas e têm a necessidade de receber esse atendimento. Por isso, nós estamos investindo muito nessa área, e estamos aqui para sensibilizar todas as nossas instituições para que deem atenção a essa política que estamos organizando.

Preocupados, portanto, com a qualidade dos serviços que estamos oferecendo, o Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE-MG organizou esse programa de videoconferências, cujo objetivo é conversar com os profissionais que desenvolvem os programas em cada uma das 453 (quatrocentos e cinquenta e três) Apaes do nosso Estado, buscando apontar as dificuldades ainda presentes e apontar caminhos para superá-las.

...

03

O USUÁRIO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELAS APAES

Por Darci Fioravante *

* Fisioterapeuta, Ex-Presidente da APAE de Pará de Minas, Superintendente da APAE de Belo Horizonte e Consultora Técnica da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais. *In memoriam.*

Vocês sabem que quando a gente visita uma instituição ou quando estamos em contato com diversos profissionais, nós ainda percebemos que a grande maioria das pessoas que trabalham conosco e, principalmente, suas famílias, conhecem muito pouco sobre a deficiência intelectual. Surge então uma grande interrogação: nós que somos especializados na área de deficiência intelectual, ainda conhecemos pouco sobre a deficiência intelectual? Sim, é verdade, e nós temos que encarar isso como desafio, senão não vamos avançar em um trabalho de qualidade com a pessoa com deficiência intelectual. E quando eu falo que a gente conhece pouco, é porque os estudos científicos hoje são muito intensos e há vários países que produziram material, mas são pouco conhecidos e difundidos na nossa rede.

Por isso, há quatro anos, a Federação das Apaes fez uma peregrinação pelo estado de Minas Gerais. Nesta peregrinação nós levamos uma proposta para as Apaes que era a de conhecer a pessoa com deficiência intelectual.

E como a gente conhece essa pessoa nos dias de hoje? Quais parâmetros conceituais devemos usar?

É através da avaliação multidimensional, que percebe essa pessoa na sua condição biopsicossocial. A abordagem multidimensional muda o conceito da visão biológica, médica, de doença, porque a deficiência nas pessoas já é uma realidade, e eu não posso tratá-las indefinidamente como doentes, porque a deficiência é inerente a elas. Por isso, o termo “pessoa com deficiência” traz uma condição inerente a ela.

Nós temos que compreendê-la nessa condição. E a família, a sociedade, todos os serviços, devem abordar essas especificidades. As outras avaliações específicas são fundamentais, mas elas vêm agregar-se a essa avaliação ampla, à avaliação multidimensional. Ela trabalha em cinco eixos fundamentais:

Em primeiro lugar, se eu estou lidando com um deficiente intelectual, estou lidando com alguém que tem um comprometimento cognitivo. E eu vou precisar entender como o comprometimento cognitivo desta pessoa está afetando a sua vida. E nós sabemos que tem níveis diferenciados do comprometimento cognitivo. Nós temos pessoas com deficiência intelectual com comprometimento mais extensivo, e outros com dificuldades menores.

Então, quando eu vou propor algo para eles, eu tenho que entender essa dificuldade da pessoa e entender essa sua limitação de compreensão dos fatos a sua volta, e como ele reage a todos os desafios que o cercam. Então, essa capacidade intelectual é parte da avaliação multidimensional, podendo usar vários testes nessa avaliação.

O segundo ponto são as condutas adaptativas. As condutas adaptativas são justamente a avaliação daquele observador, de como essa pessoa, diante das suas dificuldades intelectuais, responde às exigências que lhe são postas na sua condição cotidiana; seja na vida diária, na vida prática, nas relações interpessoais. Quando nascemos e vamos crescendo o aprendizado nada mais é do que você se adequar e se adaptar. Isso estimula as pessoas que têm habilidade e aquelas que têm limitações a reagirem de forma diferenciada e nós temos de observar e compreendê-las.

A participação e a interação social são outros aspectos da avaliação multidimensional. Nada interessa ao ser humano, se ele não tem, a partir do seu desenvolvimento, condição de aprimorar o seu relacionamento na família, na comunidade, na sociedade, isto é, no contexto em que vive, sendo esse o quinto aspecto que deve ser observado.

Então, sendo assim, a nossa avaliação multidimensional vai perceber também esse indivíduo nessa condição fundamental de como está o seu funcionamento diante dos desafios. Antigamente, quando nós tínhamos uma visão clínica, quando ficávamos exercitando uma pessoa anos a fio na área de fonoaudiologia ou fisioterapia, nós não conseguíamos avaliar se isso tinha algum impacto nas relações interpessoais das pessoas. Talvez, isso seja um dos pontos mais complexos. Por quê? Porque a participação e a interação social vão além do indivíduo. Necessitam que as outras pessoas compreendam que eles podem participar deste processo de entendimento da ação. Então, a avaliação multidimensional avalia a capacidade cognitiva, e se essa pessoa tem as condutas para adaptar às exigências e muitas vezes, a pessoa com deficiência apresenta condutas atípicas, diferenciadas, e isso vai influenciar na sua interação social.

Na avaliação multidimensional, nós temos de ver o contexto em que essa pessoa vive. Porque ela não está fora da sua realidade familiar, da sua realidade comunitária, da sua realidade

social. Esse contexto vai ditar facilidades e dificuldades para essa pessoa. Nós temos contextos urbanos muito complexos, nós temos contextos familiares desafiadores, nós temos contextos de acessibilidade física que interferem em outras pessoas, e isso tem que ser muito avaliado porque nesse contexto nós também vamos atuar.

Finalizando, é necessário salientar que a avaliação multidimensional é cientificamente validada pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento. A nossa oficina de integralidade das ações, ocorreu em 2009. A equipe técnica da Federação, sob a coordenação de Darci Fioravante, percorreu o estado inteiro, apresentando esse protocolo e como usá-lo.

Em síntese, a avaliação multidimensional avalia: a saúde, o comportamento adaptativo, a interação e a participação social no contexto social de onde vem esse sujeito.

Nessas cinco dimensões nós temos que avaliar considerando sempre: as potencialidades e as limitações. Geralmente as nossas avaliações se detêm nas limitações das pessoas, não conseguindo enxergar as potencialidades.

Outro ponto importante é quando a gente fecha o diagnóstico. Temos que definir quais são os apoios que essa pessoa necessita para o seu desenvolvimento. Se eu não conheço as suas potencialidades eu não consigo definir e oferecer os apoios necessários.

Entende-se por apoio: se ele precisa de escola especial, ela é um apoio. Como vai ser essa escola especial? O que vai ser dado para ele, em que turma ele vai se inserir? Quais são as necessidades para a sua aprendizagem? Se eu penso em assistência social o que essa pessoa precisa para favorecer a assistência social dele e se eu falo que é na saúde, o que ele necessita para oferecer um serviço de reabilitação ou habilitação que vai alterar a funcionalidade deste sujeito, para a vida dele. E não simplesmente desenvolver a parte motora, ou desenvolver a parte de aprendizagem sem saber como tudo isso vai influir positivamente na sua participação social, promovendo o seu desenvolvimento.

...

04

VIDEOCONFERÊNCIAS

04.1

Organização Dos Serviços De Assistência Social

**Eduardo
Barbosa**

O que é a Política Pública de Assistência Social hoje, Juanita?

**Maria
Juanita
Pimenta**

É um conjunto de ações, que busca promover o bem-estar e a proteção social de famílias, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos. Essa política é materializada por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, que provê as seguranças de acolhida, de convivência e de renda. Essas seguranças são afiançadas pela assistência social e são tipificadas através de 12 serviços socioassistenciais, hierarquizados em proteção básica e proteção especial, continuados e planejados, com objetivos e resultados que se quer alcançar. Os programas e os projetos são ações integradas e complementares aos serviços, e objetiva qualificar, incentivar e melhorar o serviço no enfrentamento à pobreza. Os processos e projetos são aprovados pelo Conselho Municipal De Assistência Social – CMAS. Os benefícios assistenciais são garantias de assistência social que proveem renda de forma continuada e de caráter suplementar, de forma eventual. Os benefícios são divididos em duas modalidades: O Benefício de Prestação Continuada – BPC e o benefício eventual. O BPC garante um salário mínimo à pessoa idosa, a partir de 65 anos de idade e a pessoa com deficiência de qualquer idade, que não possui meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Os benefícios eventuais são caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados ao cidadão e à família em caso de nascimento, de morte, de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

**Eduardo
Barbosa**

Ao longo dos 30 anos em que eu participo do Movimento, sempre tivemos o profissional de assistência social dentro da Apae. Mas ele fazia a abordagem do educando na escola, fazia a abordagem das famílias em relação ao aspecto da saúde, de cuidados básicos que às vezes não aconteciam adequadamente, de visitas familiares no sentido de orientar essa família.

Às vezes era o profissional que era a porta de entrada da instituição, quem recebia em primeiro lugar para fazer essa avaliação desta família, a avaliação social, numa anamnese extensa, mas em um aspecto muito socioeconômico daquela família,

que dava a ela condições de depois ir conversando com outros profissionais para ver quais as dificuldades que seriam apresentadas aos meninos na escola, no atendimento em fisioterapia.

Atualmente temos o serviço de proteção social especial para as pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, ofertado no Centro Dia. Os usuários são pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, com necessidades de apoios extensivos e generalizados que concluíram o percurso escolar.

No Centro Dia vamos desenvolver o autocuidado. Nós vamos trabalhar ali a autodeterminação. O importante é que essa pessoa seja vista: ela está se cuidando bem? Ela tem higiene adequada, ela escova os seus dentes? Ela sabe se alimentar, ela está tendo alimentação adequada para as suas necessidades? Ela está tendo a possibilidade de escolher o que é bom para ela? Onde ela vai frequentar, o que ela vai fazer, nós estamos possibilitando esse desenvolvimento para ela? O próprio aspecto do bem-estar social da pessoa com deficiência intelectual é fundamental, como ele está interagindo com os outros membros da família. Trabalhar no Centro Dia é complexo, pois parte do conhecimento da pessoa e suas dimensões de existência.

**Eduardo
Barbosa**

E como podemos conhecer melhor essa pessoa?

**Luiza
Costa**

Nós estamos sugerindo às Apaes e fizemos essa experiência tanto em Pará de Minas, quanto em Belo Horizonte, a aplicação de uma escala, chamada de Escala San Martin, para avaliar a qualidade de vida a partir de oito dimensões. Nós das Apaes conseguimos identificar de maneira ampla, o acesso a direitos das pessoas com deficiência. Mas, fica muito notório, que algumas questões nós podemos tratar com muita propriedade. Priorizamos a possibilidade da pessoa com deficiência poder escolher as atividades que quer participar e de construir conosco a proposta de trabalho para ela. E foi assim que fizemos em Pará de Minas e em Belo Horizonte. Nós conseguimos focalizar e intervir a partir da necessidade dos usuários nesses aspectos. Então, nós tínhamos uma dificuldade em fazer a nossa política de assistência social a partir dos serviços que estão ocorrendo nas nossas Apaes acontecer em novos espaços. Entendemos que com as pessoas

com deficiência intelectual, com um grau de comprometimento maior, o que nós precisamos desenvolver não são só atividades de vida diária e vida prática. Isso é importante, mas nós temos que trabalhar igualmente outros pontos: como a inclusão, a participação, o bem-estar emocional, o bem-estar físico. Isso nos sinalizou quais são os focos de trabalho dentro do Centro Dia. Então, a gente sabe que para melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual, temos que favorecer o processo de comunicação dela. Como a gente vai estabelecer a comunicação plena desta pessoa, se a gente não estabeleceu uma linha de comunicação. E aí, nós temos experiências tanto em Pará de Minas, como em Belo Horizonte, que foram muito positivas nesse sentido e que ficam como experiências bem-sucedidas para vocês.

**Maria
Juanita
Pimenta**

A ideia é implantar o Centro Dia, fazendo essa ressignificação das oficinas existentes nas Apaes, adequando os objetivos no disposto da habilitação e da reabilitação, que é prover a autonomia e independência com foco na participação desse sujeito, na sua família e na comunidade, compreendendo as suas necessidades e possibilidades. Para a pessoa com deficiência, a assistência social trabalha com a habilitação e a reabilitação, mas com foco na participação dessa pessoa na sociedade, na comunidade, na família. Como é que eu vou habilitar a pessoa com deficiência para participar mais na família e na sociedade, sem compreender as suas necessidades e as suas possibilidades? Exemplo: Uma oficina de trabalhos manuais. O que essa atividade vai contribuir para ampliar as vivências dos usuários e suas relações interpessoais?

**Eduardo
Barbosa**

Luiza, quando você foi contratada lá na Apae de Pará de Minas, para implantar essa nova lógica de serviço, que é uma instituição de muitas décadas, bem estruturada, qual a resistência que você sentiu para implantar essa nova visão e como você fez, de forma prática, para transformar esse espaço de oficina para outro fim?

**Luiza
Costa**

A gente contava com algumas oficinas e a expectativa de ressignificar, o que não quer dizer que a gente tenha que acabar com as oficinas oferecidas no âmbito da Apae. Pelo contrário, o que a gente precisa é entendê-la como uma metodologia para alcançar alguns objetivos. Então, quando a gente diz: precisamos ressignificar as oficinas que a gente já tem nas Apaes a primeira coisa que precisamos é ter um diagnóstico dos nossos usuários. O que os nossos usuários precisam? Como eu vou saber o que efetivamente os nossos usuários precisam? O que nós fizemos em Pará de Minas? Nós fizemos a aplicação da Escala de San Martin, que é uma escala cientificamente aprovada, com a possibilidade de conhecer o grau de qualidade de vida e a possibilidade de trabalho para o meu usuário.

**Eduardo
Barbosa**

E você aplicou a escala sozinha, Luiza?

**Luiza
Costa**

Não. A aplicação da escala foi realizada por um grande grupo de monitores, educadores, profissionais, de psicólogos, uma equipe de treze profissionais, que discutiu as potencialidades e as vulnerabilidades de cada pessoa com deficiência intelectual nas dimensões que nós avaliávamos como importantes para o alcance dos objetivos na assistência.

**Eduardo
Barbosa**

E quais as dimensões da escala?

**Luiza
Costa**

Aquelas cinco que nós falamos, que constam da avaliação multidimensional e que certamente já são do conhecimento dos profissionais das Apaes. A partir disso, a gente começou a pensar nas intervenções que eram importantes. Foi realizado o preenchimento de cada um dos usuários, por meio do qual foi possível identificar a necessidade de apoios individuais e também as potencialidades de cada uma das pessoas, através do preenchimento do plano de desenvolvimento do usuário.

**Eduardo
Barbosa**

Você trabalhou com professores também lá?

**Luiza
Costa**

Sim, com os professores também.

**Eduardo
Barbosa**

Esses professores tiveram que absorver um novo conceito. Como é que foi isso, e como você foi ajeitando essas coisas?

**Luiza
Costa**

Realmente, talvez a maior resistência tenha sido dos profissionais que atuavam na área. Nós contamos com profissionais das Apaes que são oriundos da educação, então, eles estão atuando na educação, na aprendizagem. Na assistência social nós temos um objetivo que é da autonomia, da independência, da inclusão social. Então, a primeira coisa, foi trabalhar com esses profissionais a mudança de foco no trabalho. Como é que nós fizemos isso aqui? Através de inúmeras apresentações junto a essa equipe, demonstrando qual é a diferença quando um profissional está no âmbito da educação e quando ele passa para a assistência social. O que ele busca. Resistências das mais diversas, sim. Mas, esse processo foi um processo coletivo de construção e que a gente foi tentando superar essas barreiras, trazendo informações da assistência, delimitando mesmo o espaço da assistência social.

**Eduardo
Barbosa**

E como é que se ressignifica as oficinas no âmbito da assistência social?

**Maria
Juanita
Pimenta**

Resignificar as oficinas existentes é dar um significado diferente a intervenção do profissional. É trazer o viés da comunicação para ampliar suas relações pessoais e vivências sociais. É experimentar trocas com vivências de lazer, de cultura e de esportes, com reflexões em grupos, explorando as potencialidades do sujeito e da criatividade do grupo. Exemplo: Na oficina de picolé, o profissional deve

compreender que ela é um meio para o estabelecimento de relações e não o fim em fazer o picolé.

**Luiza
Costa**

Significa aplicar a Escala de Qualidade de Vida para as Pessoas com Deficiência Intelectual mais comprometidas e analisar o resultado da escala. Essa análise da qualidade de vida foi a que nós falamos, a Escala de San Martin; planejamento das atividades a partir dos resultados das dimensões da Escala de Qualidade de Vida; elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU).

**Eduardo
Barbosa**

Gostaria também de falar sobre o trabalho social com famílias, nós temos a ESCOLA DE FAMÍLIA. Eu quero chamar a atenção de todos para a nossa proposta anteriormente chamada de Escola de Pais. Nós evoluímos e apresentamos a proposta ao Conselho de Administração da Federação das Apaes, modificando a nomenclatura e algumas estratégias da Escola de Pais denominando-a agora, Escola de Família. Isso porque observamos que apareciam além do pai e da mãe, avós e irmãos, que às vezes, tinham um vínculo muito forte com a família e com a pessoa com deficiência. Outras atividades, que nós podemos fazer nesse serviço de convivência, são o Clube de Mães, a Roda de Conversa, abordando temas e ações que os pais se interessam muito. Tem muita gente que pergunta: como é que a gente trabalha a família? Tem mil e uma estratégias e os profissionais que trabalham nessa área, têm várias possibilidades. Mas, tem uma que o movimento preconiza: é a Escola da Família. Esse é o trabalho que é o carro-chefe com família. É ali que nós vamos criar uma identidade com essa família. Elas vão ter um ambiente para trazer as dificuldades cotidianas que têm, poder socializar essa dificuldade com outros pais e os profissionais da Escola da Família vão poder dar informação e fazer com que eles se identifiquem com a instituição. A identidade da família com a instituição é um ponto crucial para fazê-los se envolver em um princípio associativo do movimento. Agora, Juanita, o que é necessário para que o Serviço de Assistência Social possa funcionar de acordo com as normativas?

**Maria
Juanita
Pimenta**

Uma estrutura física para coordenação dos serviços e para a realização das atividades (podem ser realizadas em sala, quadras, quiosques, praças, dentro das Apaes e/ ou outros espaços comunitários). O Centro Dia não é para ser uma coisa fechada, intramuros, é para possibilitar que ele participe do que há na cidade. E na cidade nós temos diversos equipamentos urbanos ociosos durante a semana, que não são utilizados. Espaços esportivos, culturais, bibliotecas, outras escolas para fazer interação, centros comunitários, cinemas.

**Eduardo
Barbosa**

Quem é o educador social?

**Maria
Juanita
Pimenta**

O educador social é um profissional da área social que vai intervir diretamente com os usuários, na execução do Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU. É aquele que será a referência da pessoa com deficiência nas ambiências e nas oficinas.

**Eduardo
Barbosa**

Um dos problemas que a gente tem na Apae é o registro do que é feito. Fala um pouquinho sobre isso Juanita.

**Maria
Juanita
Pimenta**

O registro das informações é um fazer profissional que compõe as atribuições da equipe. O prontuário de assistência social das Apaes é um conjunto de protocolos em que será realizado o registro de todas as informações afetas a família e a pessoa com deficiência. Acolher o usuário, entrevistar a família, propor intervenção, monitorar a execução das metas e avaliar os resultados é realizado com registro de informações. Aplicar o prontuário é uma das funções do assistente social na Apae, que deve solicitar o apoio dos demais profissionais da equipe de referência do serviço para as contribuições necessárias.

DEBATE COM OS PARTICIPANTES

**Apae
Patos
de Minas**

Bom dia, Dr. Eduardo, meu nome é Naiara, eu sou assistente social, sou coordenadora do serviço de assistência social da Apae de Patos de Minas, e nossa dúvida é a seguinte: nós temos cerca de 260 pessoas assistidas pelo serviço de assistência. Ao selecionar as pessoas, que seriam em torno de 20, que é a nossa demanda, os demais eu vou incluir dentro do serviço de fortalecimento de vínculos. Como eu vou fazer essa divisão, destes usuários dentro do trabalho de fortalecimento de vínculo?

**Maria
Juanita
Pimenta**

A Cartilha da Federação, nos serviços de convivência, direciona para a organização de grupos. O número mínimo e o máximo de pessoas, nos grupos, é uma das diretrizes da cartilha. Os grupos podem ser formados por ciclo de vida, intergeracional, por afinidade, dentre outros. A lógica do profissional na hora do atendimento será norteadada pela aplicação do questionário de entrevista realizado; das necessidades que ele tem de ser trabalhado e é de acordo com essa necessidade que ele vai organizando os grupos. Então se eu tenho um usuário que vai trabalhar mais a questão de relacionamento interpessoal, que esses usuários sejam colocados em grupo, para trabalhar essa questão. Mas, não necessariamente eu preciso seguir essa lógica de organizar os usuários de acordo com os grupos que eu tenho. Nesse caso, eu tenho 200, eu vou fazer dez grupos de vinte, como é que eu vou colocar esses grupos? Por questão de aconchego deles, de como eles gostam de ficar, com quem eles gostam de estar, pela capacidade que o profissional tem de trabalhar essas pessoas e de acordo com o olhar do profissional para o agrupamento.

É a isso que o profissional tem de se ater para organizar os grupos.

Luiza Costa

Eu acho que uma questão que a gente precisa estar sempre atenta é com a vontade dos nossos usuários. Então, nós temos que fazer uma conexão entre duas questões: o perfil dos profissionais que estão nas Apaes e que executam algum tipo de atividade. E a vontade dos nossos usuários. O que os nossos usuários se interessam em fazer na Apae? Ou nos espaços comunitários juntos aos profissionais da Apae? Porque, através disso, da vontade do usuário, a gente consegue inclusive trabalhar de maneira mais assertiva as vulnerabilidades que a gente encontrou de qualidade de vida. Então, a sugestão é que se faça o movimento com os usuários tentando identificar quais são as coisas que eles gostariam de fazer. A gente teve essa experiência em Pará de Minas e foi muito positivo, dos usuários mesmos apresentarem o tipo de atividade que eles gostariam de desenvolver. Através disso nós fomos distribuindo os nossos usuários. O outro ponto de análise que é importante é o tempo necessário. Os usuários ficam nas oficinas, dois ou três dias. Lógico que nós temos usuários que têm vulnerabilidades sobrepostas que demandam ficar todos os dias. Mas, no geral, eles ficam dois ou três dias. Então, isso também vai te ajudando a estruturar o número de pessoas nas oficinas em cada dia de trabalho.

Apae Machado

Eu gostaria de saber se mais de uma pessoa pode participar de mais de um grupo? Por exemplo, ele ficar no Centro Dia, alguns dias da semana, e nos outros dias ele ficar na convivência.

Luiza Costa

Nós temos dois perfis de usuários. Um mais comprometido que, portanto, está no Centro Dia, e outro com menos dependência que está nas oficinas. Isso é fundamental. E essa é uma pergunta muito relevante para os usuários do Centro Dia. Isso precisa ser programado, mesmo que seja uma vez por semana, duas vezes por semana, para que eles estejam nas oficinas junto com o pessoal de convivência e fortalecimento de vínculos, porque isso favorece os nossos usuários do Centro Dia. O alcance das potencialidades que a gente está buscando com eles, que é a autodeterminação, que é a inclusão, que é a participação, a gente faz

com grupos grandes, numa atividade com as oficinas e os usuários do Centro Dia. Idas para a comunidade, levando tanto os usuários do Serviço de Convivência quanto os usuários do Centro Dia, para que a gente não acabe cerceando a participação dos nossos usuários no Centro Dia de outras atividades nos Centros Comunitários.

**Maria
Juanita
Pimenta**

Com relação à divisão dos usuários, eu gostaria de relatar aqui, a nossa experiência na organização dos serviços na Apae de Janaúba. Nós tínhamos um universo de cem usuários para serem inseridos nas oficinas, no Serviço de Assistência na Apae de Janaúba. O que a gente priorizou lá? O desejo do usuário. Então, nós organizamos essa inserção dos usuários nas oficinas de que forma? Nós levamos os usuários para duas salas, foi dado a eles dez minutos para cada educador social. De uma forma, que o usuário pudesse compreender a lógica da oficina. Então, cada educador social teve dez minutos para apresentar sua oficina. Nós colocamos na parede três fichários, com cores diferentes, para que o usuário pudesse escolher para qual oficina ele queria ir. Falamos para o usuário que cada oficina tinha um limite de vagas, se tivéssemos número de usuários a mais que as vagas disponibilizadas em cada oficina, o usuário teria que fazer a opção por outra oficina. E assim, nós fizemos. Aquele que apresentou melhor a sua oficina, os usuários praticamente preencheram as vagas existentes. Com isso, nós oportunizamos ao usuário a apresentar nesse primeiro momento o seu desejo.

**Apae São
Domingos
do Prata**

É necessário, é importante, tem benefício incluir o sistema de convivência no SISC?

**Maria
Juanita
Pimenta**

O SISC é um sistema informacional do SUAS. É o gestor que tem a gestão deste serviço com senha e login, que é feito pelo CPF do Gestor, que é cadastrado no MDSA, que é o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. As Apaes não têm acesso a esse Sistema. O SISC é um sistema que registra os usuários do serviço de convivência. Se a Apae executa o serviço de convivência, deve informar ao gestor, mensalmente, aqueles usuários com o número do NIS dos mesmos.

Apae Barroso

Nós temos em Barroso, há dez anos, o Centro de Convivência Social, que são aqueles meninos com uma deficiência mais grave, que ficam lá oito horas por dia. Então, tem quatro anos que nós conseguimos os recursos via assistência social. De dez mil mensais de subvenção. Como o orçamento de todas as prefeituras está muito apertado, eu estou com medo deles cortarem essa subvenção. Nós fazemos parte do conselho, tem até uma reunião amanhã, eu gostaria de saber qual o recurso que poderia utilizar para deixar de ser um recurso de subvenção e passar a ser um recurso de direito. Eu não sei o que nós poderíamos estar negociando. Eu gostaria de receber uma orientação a respeito disso.

Eduardo Barbosa

As subvenções se tornam uma lei porque ela é prevista no orçamento do município. Então, na realidade, a subvenção é uma estratégia utilizada para o financiamento de vários serviços. Mas, é uma lógica que não pode perpetuar. Nós temos que trabalhar é para que esses recursos, previstos no orçamento em subvenção, possam ser o recurso da assistência social, que esses recursos possam ser canalizados, em médio ou curto prazo, para os orçamentos do fundo municipal de assistência social, que somados aos recursos municipais e estaduais que ali chegam, possam financiar toda a rede socioassistencial privada. Apaes, asilos, e é muito importante que a gente possa atrair para as nossas lutas, as outras entidades. Porque, os asilos, por exemplo, corretamente denominados de instituição de longa permanência, são muitas vezes mais desinformados do que nós. E eles têm direito também a esse dinheiro do fundo de assistência social e até hoje, estão distantes destas lutas.

Apae Barroso

Eu ainda tenho uma dúvida. Como então, eu vou chegar ao Conselho, para que eu possa fazer esse pedido de maneira formal?

Maria Juanita Pimenta

A subvenção fica à mercê do gestor e do legislativo. Foi falado que o recurso que hoje é subvenção deve ser inserido no orçamento, e quem tem a gestão, a deliberação deste recurso, é o Legislativo, é o Parlamento, é ele quem delibera

sobre essa subvenção. O que a Apae tem que fazer nesse sentido é atuar na Conferência de Assistência Social, para o município ter um percentual de financiamento na assistência. Uma sugestão: vocês podem pegar esse somatório de subvenção, ver quanto isso é no percentual geral do município, e tentar levar com mais representantes da Conferência, para que isso entre no fundo municipal como co-financiamento. Essa luta da assistência social é desde 2003, antes do SUAS, que é garantir esse co-financiamento, em termos de percentual no fundo. Inclusive o Dr. Eduardo tem um projeto de lei que tramita na Câmara, para garantir esse percentual de financiamento no SUAS. Isso é uma fragilidade do SUAS. Diferentemente da saúde e da educação, que têm um percentual garantido. A assistência social não tem. O que nós podemos sugerir para Barroso e as demais Apaes, é garantir que o fundo municipal tenha um percentual, do tesouro municipal com recursos garantidos pelo próprio município.

**Eduardo
Barbosa**

Luiza você gostaria de observar mais alguma questão?

**Luiza
Costa**

Eu queria fazer uma observação rápida em razão do tempo, que é a flexibilização das atividades, que a gente pode desenvolver no âmbito da assistência social. Esse é um ponto fundamental. Ele pode ficar lá duas horas, quatro horas, depende da realidade de cada Apae. Sobre qual oficina que a gente vai ofertar, a gente tem essa flexibilidade, e um ponto que eu gostaria de ressaltar para as assistentes sociais, é começar com o trabalho social com famílias, a partir das famílias que tem sobreposição de vulnerabilidade. Por quê? A gente sabe, nós temos poucas profissionais, essa é uma realidade nossa em todas as Apaes, mas a gente sabe que temos famílias que têm muita vulnerabilidade de acompanhamento. Então, a gente vai começar o nosso trabalho social com essas famílias.

**Eduardo
Barbosa**

Finalizando a nossa primeira videoconferência dessa série sobre Organização de Serviços nas Apaes de Minas Gerais eu quero agradecer a presença de todos e todas vocês e reforçar a importância de que os serviços de Assistência Social sejam organizados com qualidade em todas as Apaes. Convido a todos para as próximas videoconferências, referente aos serviços de Educação, Saúde e Emprego Apoiado.



04.2

Organização Dos Serviços De Saúde

Uma das coisas que percebemos na organização do serviço de saúde nas Apaes é como receber as pessoas que estão ali em tratamento na área da saúde. E uma das questões que nós preconizamos como indicativo de um bom atendimento na área de saúde é o diagnóstico. Nós tivemos o cuidado ao longo dos anos de indicar um modelo de diagnóstico para a nossa rede Apaes. Na nossa observação nós somos muito bem-sucedidos com isso, porque muitas Apaes não absorveram essa proposta diagnóstica como aquela que indicamos para as nossas instituições que é a avaliação diagnóstica multidimensional para avaliação da deficiência intelectual. Darci vai nos falar alguma coisa sobre isso, abordando qual o reflexo deste diagnóstico para a proposta de atendimento.

Nós precisamos nos debruçar e estudar o protocolo. Isso é uma necessidade. Se somos um SERDI especializado em habilitação de deficientes intelectuais, como atender as pessoas se eu não sei fazer nenhum diagnóstico? Então, muitas vezes somos questionados, mas nós não podemos fazer diagnóstico. Eu não estou falando do diagnóstico clínico. Eu estou falando do diagnóstico de deficiência intelectual que está muito ligado às questões adaptativas da pessoa. Às questões do dia a dia e do cotidiano. Então, para que eu possa falar das questões que envolvem esse indivíduo há a necessidade de conhecê-lo em profundidade. E a avaliação multidimensional faz isso. Porque ela traz cinco dimensões que são importantes para quem tem deficiência intelectual. Então, eu acho que a primeira coisa que nós temos que fazer é assumir esse diagnóstico de deficiência intelectual com competência. Saber que o SERDI que atende deficiência intelectual tem que entender de deficiência intelectual para fazer o diagnóstico. Outro ponto importante é sobre CER II e CER III que atendem deficiência intelectual. Tem de saber fazer esse diagnóstico. Esses são os pontos principais que acredito que devíamos nos aprofundar. E assumir esse papel do diagnóstico da deficiência intelectual. Porque é a partir daí que a gente estabelece todo o nosso plano de intervenção, a partir deste sujeito. E a avaliação multidimensional traz algo muito importante para a gente. Qual é? Ela também tem uma visão biopsicossocial. Temos conosco uma avaliação que nos traz essa visão biopsicossocial do sujeito

e que para fazer uma boa intervenção é muito importante que a gente conheça todas essas dimensões, as suas dificuldades e potencialidades. A maioria das vezes, nós fazemos um diagnóstico só das dificuldades e isso dificulta muito o nosso processo de intervenção neste sujeito.

Eduardo Barbosa

Quando eu entrei no movimento há 30 anos a gente fazia o diagnóstico por áreas. Cada profissional fazia o seu diagnóstico, cada um apresentava o que havia encontrado como dificuldade da pessoa. Cada área iria atender em sua especificidade. O diagnóstico, naquela época era um ajuntamento de visões dos diversos técnicos, mas que servia para estabelecer um diagnóstico mais clínico, orientado para a área específica. E o que a gente observava naquela época, é que a gente tinha pouca informação sobre a deficiência intelectual. Nós baseávamos o diagnóstico do deficiente intelectual mais no teste de QI que os psicólogos apresentavam e classificava as pessoas com deficiência intelectual leve, moderada, severa e profunda e cada um ia buscar a sua área de atuação, mas já com o diagnóstico dado, mais definido.

Darci Fioravante

Cada um vai continuar a fazer a sua avaliação dentro da sua especialidade. Esse é um ponto que a gente continua insistindo. Mas cada especialista vai fazer a sua avaliação, entendendo quem é este sujeito que se apresenta. Não adianta fazer uma avaliação e ignorar quem é que está na minha frente. Eu como fisioterapeuta, não posso ignorar a dificuldade que ele possa ter em responder ao meu comando verbal. A dificuldade em movimentar a perna direita ou esquerda, ou furta-me a entender como aquele sujeito interage comigo naquele momento da avaliação. Eu não posso me deter a uma questão motora, sem considerar que determinadas situações de interação que estão comprometidas em razão da sua deficiência. Assim, o especialista deve ter uma visão mais geral do sujeito, e não voltada simplesmente para sua área de atuação. Seja fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, cada um deve usar o protocolo da sua área. Esse protocolo será utilizado para entender quem é esse sujeito que está à minha frente. E isso é de suma importância para nós. Mas, quando nós vamos nos reunir, vem a pedagoga com a avaliação pedagógica escolar; a

fonoaudióloga com a avaliação da comunicação, o que ele apresenta de positivo na comunicação, as suas dificuldades na comunicação; a terapeuta ocupacional que vem falar da sua funcionalidade, enquanto, sujeito no seu dia a dia. Vai trazer como ele funciona neste dia a dia, nas suas questões adaptativas em relação a questões práticas da vida diária. Depois tem a questão do psicólogo que pode aplicar o teste de QI. Mas, o teste de QI, só porque deu abaixo de 70 não é suficiente hoje para dar o diagnóstico de deficiência intelectual. Há várias questões que podem influenciar a gente em uma resposta de teste de QI. Pode ser uma questão emocional, pode ser uma questão depressiva que eu esteja passando, então isso pode influenciar. E, por isso, eu tenho que entender o sujeito em sua funcionalidade no dia a dia. Como ele responde a situações e resolve os seus problemas no seu cotidiano. Eu preciso ouvir todos esses profissionais, que têm que levantar as suas dificuldades e potencialidades em todas as suas áreas para depois nós irmos para uma discussão no grupo clínico e de visão biopsicossocial para preencher esse protocolo. O assistente social tem que saber a abordagem social, o contexto de onde vem essa família, porque o protocolo traz hoje como um dos pontos principais o desenvolvimento do sujeito. Precisamos quando formos discutir o caso, preenchermos as cinco dimensões que são: as habilidades intelectuais, as condutas adaptativas, a saúde, a participação social e o contexto social. Considerando as potencialidades e as dificuldades que lhes apresentam nestas cinco dimensões. E quem é que vai se subsidiar a preencher esse protocolo? Toda a equipe que fez essa avaliação. Na hora da discussão do caso, nós vamos trazer as nossas avaliações específicas. O que é que eles nos apresentam. E ali conhecendo as dimensões. Essa equipe de diagnóstico tem que conhecer o processo avaliativo. Não pode pensar na sua área separadamente. Porque, quando eu vou levantar quais são as áreas em que ele apresenta dificuldades e quais são as áreas em que ele apresenta potencialidades e quais serão as nossas intervenções, eu tenho de pensar em quais serão os apoios que nós vamos oferecer para que esse sujeito possa funcionar. Cada um estará em sua especialidade. No entanto, faz-se necessário entender como cada um vai contribuir para o desenvolvimento desta pessoa com deficiência intelectual.

A proposta multidimensional não interfere na avaliação que cada profissional tem como competência. Ele vai fazendo de acordo com a sua formação. Então, não precisa haver resistência dos profissionais à avaliação multidimensional, uma vez que a sua avaliação será respeitada. O que muda é você perceber o sujeito além desta avaliação específica, principalmente, quando esses profissionais se reúnem para estabelecer uma conduta. Dali para frente, com uma abordagem integrada, é que passamos a ter condições de falar de cada uma destas cinco dimensões e especificar o que cada uma representa.

Avaliamos as habilidades conceituais de leitura e de escrita. De comunicação. Nas habilidades de vida diária. Do dia a dia dele. Nas atividades de vida prática. Também são avaliadas as dimensões do comportamento. O comportamento adaptativo é uma das dimensões que a gente tem mais que aprofundar. Porque ele não tem um protocolo próprio. Mas, a gente hoje tem usado algumas escalas que tem nos ajudado a entender alguns comportamentos desta pessoa. Como ele reage na escola, no processo de aprendizagem, como ele se comporta na maneira de se vestir, de fazer a sua higiene, então é esse comportamento adaptativo que facilita o seu comportamento social. Porque um comportamento inadequado é o maior dificultador desta interação. Assim, um diagnóstico de deficiência intelectual, não define mais a vida deste sujeito. O que vai definir é como o contexto, como ambiente, se relaciona com ele. Nossas atitudes estão muito baseadas nisso. Quando você vai analisando o contexto, o contexto influenciou muito mais. Então, nós temos que ter muito cuidado com o que estamos fazendo, porque às vezes, nós estamos sendo reprodutores de uma sociedade, a família está nessa sociedade e apresentando só limitações para esse sujeito. E nós estamos percebendo isso com bastante clareza, quando nós mudamos a nossa atitude. Eu tenho falado que eles têm nos surpreendido. Porque ele está taxado como uma pessoa com deficiência intelectual e ali está definido que ele não vai aprender a ler, escrever, a ser independente não vai conseguir ter autonomia, nós já vamos traçando uma definição, de que ele vai ser sempre dependente de nós.

**Eduardo
Barbosa**

Quando você diz que nós não provocamos novos desafios para ele em um ambiente de estabilidade, sem provocação, nós não tiramos essa pessoa da zona de conforto e a gente se contenta com a rotina.

**Darci
Fioravante**

É isso. Esse é o grande desafio que nós temos e nós precisamos nos reavaliar neste sentido. Porque a gente está reforçando muitas vezes e empobrecendo a nossa atividade. A nossa própria relação com as pessoas com deficiência intelectual. Por ele estar com o diagnóstico dado de deficiência intelectual não o faz incapaz de desenvolver outras habilidades. Então, precisamos sair deste lugar e eu acho que a Apae tem que ser esse lugar provocativo, de provocar desafios. O ser humano, independente de ser deficiente ou não, responde a desafios. Nós funcionamos assim.

Nós funcionamos desta forma. A neurociência veio nos mostrar isso. Então, eu acho que isso a gente tem que mudar, dentro da nossa rotina na Apae. A família precisa da gente, por isso que eu percebo que, muitas vezes, a família não vem conosco. Porque se a gente não faz nada de novo, a família não chega. Nós temos que mostrar que o filho consegue desenvolver, que ele consegue responder aos desafios.

**Eduardo
Barbosa**

Hoje é preconizado, inclusive pela legislação brasileira e pela convenção internacional, que os modelos de atendimento das pessoas com deficiência têm que ser biopsicossociais. Uma equipe técnica mesmo que constituída de áreas distintas de conhecimento deve estar voltada para a compreensão desta pessoa em seu contexto social, em seu contexto familiar. Deve perceber os desafios e as dificuldades que ela tem nesse contexto. E todo o nosso trabalho, além de avaliar a sua saúde, a sua condição biológica deve perceber como ele reage diante dos desafios. E aí eu lhe pergunto, Darci: qual seria o tamanho mínimo de uma equipe multidimensional já que as nossas Apaes têm tanta dificuldade financeira e não têm os profissionais disponíveis para estarem envolvidos em uma abordagem como essa? Na sua avaliação, o que seria uma necessidade mínima de profissionais?

Darci Fioravante

Pode ser uma equipe mínima com pedagogo, um psicólogo, uma assistente social. Uma equipe mínima vai ser uma equipe que vai te ajudar a responder muitas coisas: na área de saúde e na área da escola que vai exigir as habilidades intelectuais. Então, uma equipe mínima mesmo, seria constituída por esses três profissionais. Agora, ótimo se eu pudesse ter um pedagogo, uma fisioterapeuta, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional, um psicólogo, uma fonoaudióloga, claro, porque uma das dificuldades dele está na comunicação. Como sabemos uma das maiores expressões da nossa inteligência está na linguagem. Então, a equipe mínima pode ser essa: pedagogo, assistente social e psicólogo. Se eu não tenho condições financeiras para ficar com uma equipe, eu preciso articular com a Apae vizinha, que tem essa estrutura e ela pode colaborar com a gente. O importante é que os profissionais da outra Apae tenham uma referência de cooperação e ajuda. Isso exige das outras Apaes também uma abertura, para fazer essa integração. E, além disso, temos o SERDI, e temos o CER. Temos algumas regiões que tem um centro de reabilitação que tem a função de não apenas fazer o diagnóstico, mas também de fazer uma orientação, para outros profissionais de outra Apae que também não tenha essa estrutura. Eu acho fundamental que dentro de cada conselho, em nossa região, comece a trabalhar essa relação, essa parceria técnica. Até o dia em que essa instituição possa ter uma equipe própria.

Sérgio Sampaio

Darci, uma das questões que as Apaes, principalmente aquelas que tem convênio com o SUS, enfrentam hoje é a questão da alta da pessoa com deficiência, que você gera uma insatisfação nas famílias, porque você vem de uma cultura em que aquelas pessoas que estão na Apae tem diversos atendimentos, de algumas especialidades. E a partir do modelo biopsicossocial e do convênio com o SUS, você tem que reduzir isso e dar alta. Isso tem gerado alguma insatisfação nas famílias que estão na Apae e a avaliação multidimensional é importantíssima nisso. Eu gostaria que você falasse um pouquinho disso.

Darci Fioravante

Isso é importantíssimo. Como dar alta se eu não sei o que eu deveria atingir com aquela pessoa? Se eu não faço uma boa avaliação, eu não faço um bom plano de intervenção. Aí o que nós estamos fazendo? Cada técnico chega e faz aquilo que ele acha que é o melhor para a pessoa. E não se fecha um plano de intervenção. Inclusive, uma das coisas que a gente tem que fazer no protocolo, é chamar a família. E dizer: “olha, fizemos a avaliação do seu filho e queremos dizer o que nós vimos. Nós vamos apresentar para você cada ponto que ele apresentou de potencial e de dificuldade”. E quando você conversa com a família, ela vai entender qual o processo de intervenção e onde eu quero chegar. Aí tem como eu planejar a alta do processo dele, de intervenção na saúde. Muitas vezes, nós estamos tendo dificuldades, porque não estabelecemos “Qual é a nossa meta em curto prazo?”, “Qual é a nossa meta em médio prazo?”, “Qual é a nossa meta em longo prazo?”. Isso está tudo no nosso plano de terapia individual. Agora, eu só consigo fazer isso, se eu conheço o sujeito. Se eu conheço a família, se eu souber onde eu consigo chegar com ele, inclusive com a família acompanhando. Então, a minha alta fica dificultada porque a família não sabe onde nós queremos chegar. Onde nós queremos chegar com o seu filho ou onde a gente percebe as possibilidades desta intervenção. No protocolo, quando eu o fecho, eu apresento para a família: “Olha, isso aqui é o seu filho que nós avaliamos”. Muitas vezes, a família diz: “Ele é assim mesmo”.

Eduardo Barbosa

É muito importante para a pessoa que trabalha com a pessoa com deficiência intelectual ter como ponto de partida a avaliação multidimensional. Ela está sustentada pela avaliação que nós temos que essa pessoa tem que ter uma avaliação biopsicossocial. Se nós temos uma equipe mínima para fazê-la, não importa se são somente três profissionais. Se é um pedagogo, um psicólogo ou uma assistente social. Aquilo que é possível. Mas, que as pessoas mergulhem nessa teoria. Mergulhem nessa concepção. E possam ali definir algumas diretrizes. Se a minha equipe é maior, ótimo. Mas que todos estejam enfrontados em levar uma proposta de atendimento, cada um fazendo a sua parte, criando para eles novos desafios. Nós sempre desenvolvemos a nossa capacidade intelectual. Isso

é inerente ao homem. E muitas vezes, o que a família fala com a gente é “Se eu não estiver aqui, quem é que vai fazer?”, e é isso que a gente tem que ir quebrando, esse círculo que se alimenta das nossas atitudes, da forma como a gente pensa, da forma como a gente transmite, da forma como a gente se sente e da forma como eles agem. Isso é um círculo vicioso que a gente vai criando com a pessoa com deficiência intelectual. Tanto que percebemos o interesse que a tecnologia desperta para eles. Como eles gostam de um celular hoje, como eles querem mexer em um computador, e como eles às vezes têm a facilidade de manusear um celular. Isso significa que eles estão abertos ao aprendizado ao longo de toda a sua vida.

Nós percebemos que muitas Apaes não adotaram esse prontuário único. E a gente compreende que é essencial ter um prontuário único para a ambientação da própria equipe e para qualquer autoridade, seja ela da saúde e que queira saber como nós estamos lançando os atendimentos dentro do nosso serviço. Você poderia falar um pouco sobre o prontuário único, Darci?

Darci Fioravante

O prontuário único é o prontuário de quem frequenta a saúde. Nesse prontuário tem que constar, desde a identificação dele, todas as avaliações que foram feitas, de todas as especialidades, o protocolo multidimensional com todos os seus diagnósticos. E tem que constar o PTI que é o Plano de Tratamento Individual e as evoluções. Esse é um documento que pertence ao usuário. Então, o que acontece na Apae: o profissional vai embora e a gente não sabe para onde foi, ninguém sabe das evoluções, o que aconteceu com aquele sujeito. E aí a gente vai para as evoluções e as evoluções são assim: realizado o treino de marcha. Isso não é considerado evolução. Isso é uma intervenção do fisioterapeuta. Ele realizou o treino de marcha. Mas, como foi o treino de marcha para o usuário? Esse treino de marcha foi na paralela? Ele teve que usar apoio bilateral? Ele conseguiu trocar passos? Ele conseguiu trocar passos com dificuldade? Ele não consegue trocar as etapas da marcha? Ele está com dificuldade de pôr o apoio no calcanhar? Ele não consegue trocar os passos? Tem que explicar como foi o treino de marcha. Eu tenho visto isso muito, muito em evolução. O Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional tem visitado as Apaes, os lugares que têm fisioterapia e terapia ocupacional e pedido os registros de evolução de atendimento.

**Eduardo
Barbosa**

O que vocês acham? As Apaes têm esse cuidado? O que vocês estão achando? Ou a gente tem aquele profissional cada um com a sua pastinha debaixo do braço e ninguém pode ver. É verdade isso?

**Darci
Fioravante**

Mas, tem atendimento de saúde? Então, tem que colocar. É bom você colocar tudo de acordo com as normas. Isso é importante acontecer, independentemente de você ter ou não. Deixa-me colocar apenas a questão da Apae de Raposos que é bom para que as pessoas possam ouvir. Às vezes as pessoas dizem: “eu tenho profissional de saúde, mas eu não tenho convênio com o SUS”. Independente de você ter um convênio com o SUS, a organização vai passar por isso que nós estamos falando. Porque caso isso venha acontecer para frente, de ter um credenciamento, eu tenho uma organização já estabelecida e eu tenho que pensar nos usuários, então eu vou estabelecer as mesmas normas, porque é do direito do usuário ter lá uma pasta, um documento único com toda a sua documentação, referente à intervenção na sua vida na área de saúde.

**Eduardo
Barbosa**

O terceiro item na área de saúde que é o PTI. O PTI é um documento importante?

**Darci
Fioravante**

Quem está em SERDI e em CER tem que fazer o Plano de Tratamento Individual. O Plano de Tratamento Individual do sujeito. Muitas vezes eu vou à Apae e eles acham que o individual é cada profissional fazer um para ele. Individual em relação ao usuário, mas, não é individual em relação ao profissional. É individual para o usuário. Se ele tem atendimento com o fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, esses profissionais têm que se reunir e fazer um plano de tratamento individual e, ali, vamos montar todas as intervenções focadas no sujeito. Inclusive com o plano tendo metas em curto, médio e longo prazo. O plano de tratamento individual é de suma importância e tem que ser construído pela equipe. Por que isso foi criado? Porque foi observado que às vezes a pessoa tem atendimento de fisioterapia, de fonoaudiologia e de terapia ocupacional. Às vezes, as pessoas utilizavam a mesma intervenção. Todo mundo usava até a mesma atividade, tendo

sobreposição de atividades. Essa atitude gerava um custo e em termos de resultados eram mínimos. Desta forma, o plano de tratamento individual veio para que a gente pudesse pensar em qual o plano de tratamento individual de fonoaudiologia que eu vou usar com esse sujeito. O que a T.O vai usar? O que a terapeuta vai usar? Como nós vamos trabalhar para atingir um objetivo? É uma forma de também fazer uma interdisciplinaridade. Talvez, ele não precise da minha intervenção agora de terapia ocupacional, se a fisioterapeuta e a fonoaudióloga resolvem.

**Apae
(não
identificada)**

Eu posso fazer uma pergunta? Lá tem o prontuário. Mas cada profissional faz separado. Assistente social, fisioterapeuta também registram separado. Então, por exemplo, eu queria saber se precisa ser em sequência. Eu atendi um aluno agora, aí a psicóloga vai atender. Ela precisa registrar na sequência do que eu fiz?

**Darci
Fioravante**

No atendimento à saúde eu crio uma sequência. Não precisa ser “fulano atendeu agora”, mas é preciso ter uma sequência: “assistente social recebe agora a família”. Ela faz o acolhimento. Ela vem primeiro. Depois, vêm os outros que vão avaliar. Quem vem na sequência é a psicóloga? O que a gente às vezes pede é que as páginas sejam numeradas. O prontuário único é isso. Por que a página numerada? Porque a pessoa tira alguma coisa e a gente sabe que está faltando. O prontuário tem que ser muito organizado por isso. Tem que ter data, ter hora, ter identificação correta, nome do pai, da mãe, endereço, tem que ser todo preenchido corretamente. E o que a gente tem orientado é que é para numerar porque no prontuário vem uma pessoa e tira uma página e leva. Se não tiver numeração se perde. O PTI é um documento que tem que ser revisto semestralmente pela equipe, semestralmente a gente se resguarda de ter um relatório da equipe. Quem está avaliando, quem está atendendo aquele sujeito, deve fazer um relatório semestral, se ele vai ter mudança no relatório terapêutico semestral, qual a sugestão de mudança para o próximo semestre.

**Eduardo
Barbosa**

Eu agora gostaria que você falasse mais uma vez, sobre os protocolos cientificamente validados para a avaliação das especialidades. Às vezes, a gente visitando até Apaes grandes e perguntando se eles têm, alguns profissionais fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc., geralmente dizem que não têm ou não utilizam protocolos das suas áreas. Isso é importante mesmo?

**Darci
Fioravante**

Eu acho que isso está sendo um grande desafio: cada um possa na sua área de especialidade um protocolo cientificamente validado. Isso ainda não é algo valorizado. Às vezes, um centro de especialidade em reabilitação, um CER é um centro especializado em reabilitação, a equipe dele tem que ser avançada, de ponta. Quando você está falando de protocolo cientificamente validado, é que cada área, seja fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, assistência social, psicologia ou pedagogia, debrucem nisso e tragam para cada especialidade protocolos que levam a construção de indicadores de resultado. Porque só com indicadores de resultado nós vamos poder avaliar se o nosso trabalho.

**Eduardo
Barbosa**

Você tem que ter uma escala, um protocolo, que avalia os resultados efetivos a partir de uma terapêutica apresentada, de uma proposta de atendimento.

**Darci
Fioravante**

Inclusive, na hora em que eu faço a minha avaliação eu coloco que eu estou recebendo uma pessoa para entender essa funcionalidade dele. Após seis meses eu aplico de novo, porque, para que a gente possa mudar a nossa estratégia, possamos mudar as formas inovadoras também. Eu acho que as nossas formas de intervenção estão sendo as mesmas. A gente não busca outras formas de intervenção. O curso de Paralisia Cerebral que o Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE- MG está oferecendo apresenta os protocolos para cada área de atendimento à pessoa com deficiência intelectual. Vale a pena conferir.

**Eduardo
Barbosa**

Todas as Apaes que têm convênio com o SUS, uma das exigências por parte do SUS é assinatura dos familiares ou usuário daquele atendimento que ele recebeu. E, às vezes, nós não temos o devido cuidado por parte da Apae de fazer o devido registro destas assinaturas. Você poderia falar um pouco sobre isso?

**Darci
Fioravante**

Uma das exigências que o SUS nos faz, principalmente para quem é SERDI e para quem é CER é que seja registrada, a frequência do atendimento pelos pais ou responsável. Então, muitas vezes eu tenho ido às Apaes e elas atendem quem está indo às escolas, tudo bem, está correto, mas às vezes, para assinar a frequência, está sendo assinada pelo professor, pelo monitor e isso não pode acontecer. Tem que ser assinatura do pai ou do responsável. Isso não tem validade nenhuma e não é considerado correto pelo SUS. Por que como é que eu faço um serviço e o próprio funcionário do serviço assina? Isso é algo que tem ocorrido e que eu tenho visto em muitas Apaes “mas, como a gente vai fazer?”. É uma coisa que as Apaes terão que descobrir, para os pais irem lá assinar, porque às vezes as Apaes têm um transporte e os pais não vão lá. O correto é que a família assine e se responsabilize pelo tratamento oferecido e mais uma vez, eu digo assim: se a família não participa e não assume a responsabilidade do atendimento, como é que na hora da alta, ele vai concordar? “Como assim, está ganhando alta?”. Então, são esses pontos que a gente observa. Nós temos que insistir nisso.

O primeiro documento que tem que estar lá no prontuário único do sujeito é a guia referenciando a Apae para fazer o atendimento ao usuário. Esse é o primeiro documento que tem que constar lá. Então, vamos insistir com isso, se a Junta não entende, vamos trabalhar com eles: “mas, eu preciso deste documento assinado” e que ele referencie esse documento, carimbe, assine e lhe dê. Porque é a norma e se você não a seguir, pode ser penalizado. Há municípios hoje que estão denunciando a Apae que não cumpre a meta física.

Outro ponto importante, se eu não estou atendendo a todos os usuários definidos na deliberação 1403, o que está acontecendo. Porque quem estabeleceu um quantitativo de atendimento foram as Apaes. As Apaes é que disseram que iriam atender aquela quantidade, se ela não estiver atendendo aquela meta física, ela

tem que ver o que está acontecendo. Temos que ver isso, porque esse é um ponto em que muitas Apaes estão perdendo dinheiro. Então, vamos ter cuidado com o que estamos fazendo e como estamos nos organizando neste atendimento.

**Eduardo
Barbosa**

Bom, agora, tem a última pergunta que eu vou formular aqui para a Darci, para a Luiza e para a Juanita. É uma dúvida que aparece muito nos grupos de assistência social. É a seguinte: “eu sou assistente social, eu sou contratada para trabalhar no SERDI, no CER. E agora, tem essa questão do Centro de Convivência ou dos Centros Dia e eu não tenho carga horária, não tenho como trabalhar com a família.” E virou um problemão, porque as pessoas compreendem assistência social como serviços isolados de educação, saúde e assistência social, como se fossem três coisas distintas. E o que a gente preconiza não é bem isso, mas que a Apae tenha um serviço de assistência social e que esse serviço de assistência social, tenha um conjunto de trabalho e projetos, que a assistência é responsável e que pode alcançar os usuários da saúde, da educação e da assistência social e também as suas famílias. É isso mesmo?

**Maria
Juanita
Pimenta**

Na verdade, quando a Apae contrata os servidores, assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, os funcionários são contratados para a entidade. E a própria Apae divide os profissionais pelos serviços que ela tem executado. A porta de entrada dos profissionais na Apae é a saúde, porque é a avaliação diagnóstica. A assistência social ou a assistente social tem um papel que é específico de acolher o usuário, levantar aquela primeira demanda e identificar qual foi a demanda que levou aquela pessoa à Apae. Então, apesar da avaliação diagnóstica ser um trabalho da saúde o assistente social está na equipe e é o profissional que faz o primeiro contato no sentido de acolhê-lo e levantar qual é a primeira demanda. A partir daí o assistente social agenda com outros profissionais, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo e pedagogo e com os demais profissionais que eles têm para que possam fazer os atendimentos necessários, conforme a especialização para que, a partir daí se possa discutir o caso e fazer uma demanda de intervenção.

**Eduardo
Barbosa**

Luiza, você que organizou o serviço em uma Apae onde havia três serviços: de saúde, educação e assistência social. Como foi na prática esse serviço de reestruturação lá? Ou seja, não é assistência social para cada setor, mas é o serviço de assistência social atendendo os três setores.

**Luiza
Costa**

Na verdade, a gente organizou em Pará de Minas da seguinte maneira: nós temos uma profissional em assistência social que geralmente faz o acolhimento das famílias, a porta de entrada geralmente é através do serviço de saúde, independente de para onde ele vá, porque a porta de entrada, nos nossos serviços, é a avaliação multidimensional. Então, a partir daí nós temos um profissional que se responsabiliza pela acolhida, e que se responsabiliza pelas situações de potencialidades e de vulnerabilidades, nas áreas de contexto e participação, mas, sobretudo apoiando, em todas as áreas. Temos também algo que as Apaes têm nos dito muito, em relação ao acompanhamento social de famílias de pessoas com deficiência que não estão no serviço de assistência. Esse é um ponto fundamental para que a gente possa discutir.

DEBATE COM OS PARTICIPANTES

**Eduardo
Barbosa**

Pois bem, gente. Agora, nós vamos abrir, por quinze minutos, para as perguntas na área da saúde, antes de entrar no próximo tópico.

**Apae
Carangola**

Darci, os convênios estão vencendo agora em 2018. Você tem alguma ideia sobre aqueles que ficaram fora do número que foi pactuado, em 2013?

**Darci
Fioravante**

Nós não temos ainda nenhuma sinalização sobre os convênios que vencem em 2018. Mas, umas das coisas que foram conversadas no início quando nós fizemos o convênio, foi que quem não estivesse atendendo as metas físicas eles iriam diminuir o recurso que estavam recebendo, e iriam melhorar os convênios

com aqueles que tivessem ultrapassado em atendimentos aquilo que estava estabelecido. Então, é remanejar dentro da própria rede. Dinheiro novo, não existe. Então, o dinheiro que existe é o dinheiro que está na rede hoje. São os das 130 Apaes que são SERDI. É a partir da análise de quem não estiver atingindo a meta física, que vai pegar esse recurso e então credenciar novas Apaes ou melhorar o convênio de quem fez uma série histórica atingindo valores que ultrapassam a meta física que é o caso de Carangola, que está acima daquilo que foi pactuado. E ainda mais o ano que vem que é ano de eleição, nós temos que ter mais cuidado. Eu não sei se é um bom ano, então vamos ter que ver com a Coordenadoria de Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência (CASPD) do Estado como é que eles estão pensando nessa organização.

Apae Além Paraíba

Com o serviço CER, a porta de entrada dos meninos na escola, ficou um pouco tumultuada com a questão da Junta Reguladora. Ora, o menino para entrar na Apae escola, ele tem que passar pela avaliação dos meus profissionais de saúde, os profissionais credenciados no CER, e isso tem dado um probleminha, porque, nem sempre a Junta autoriza pedidos de laudo de escola. Encaminhamentos de laudo de escola. A Junta pede um encaminhamento médico. Isso tem sido comum em outras Apaes?

Darci Fioravante

Na verdade, a Junta Reguladora tem que ser composta de acordo com sugestão para composição, que é a seguinte: dois profissionais de saúde, um da educação, um da assistência. Então, se esses profissionais têm que estar na Junta, você precisa relacioná-los com a escola. O que a gente tem sugerido: todo o encaminhamento tem surgido via posto de saúde, ou PSF que é a atenção básica de saúde. É ele quem faz o encaminhamento para a Junta e é a Junta que faz o relatório. Porque a criança tem um posto de saúde que é da relação dela. O relatório dela pode ser encaminhado por ali. Esse relatório pode ser encaminhado via posto de saúde. Porque, se não, não tem a porta de entrada da avaliação pelo posto de saúde. Se ele não for avaliado como tendo uma deficiência intelectual, como ele entra em seus atendimentos? Se ele está tendo alguma dificuldade na escola alguma

situação está tendo. Então, se ele vem avaliado pelo posto de saúde, ele segue o mesmo fluxo. Porque, ele deve ter uma área de cobertura onde ele reside e tem um posto de saúde. Por isso, esse foi o fluxo definido. Então, essa é uma discussão que você tem que fazer lá com a Junta. A Junta não tem a função de avaliar.

Apae Patrocínio

Eu gostaria de direcionar a minha pergunta à Juanita. Uma das dificuldades que nós estamos tendo em Patrocínio, com relação aos profissionais da assistência social e dos profissionais de assistência social no SERDI. Para nós já está bem clara a necessidade do serviço social atuar nas três áreas porque não tem como o serviço fluir. Porém, nós temos tentado fazer serviços, organizar oficinas para a gente vender serviços. Só que quando a gente vai separar esses profissionais, colocar custos, nós estamos ainda utilizando profissionais do SERDI que quando colocados lá, para a assistência social ele tem que ter um custo. E a prestação de contas como fica? Essa é a nossa dificuldade se ele já é pago pelo SERDI. Como fazer nesses casos?

Eduardo Barbosa

Apesar de você direcionar para a Juanita, que vai falar sobre o assunto, tem uma questão aí que tem que ser esclarecida e eu vou pedir a Darci para falar sobre isso.

Darci Fioravante

Na verdade, o recurso da saúde é da Apae. Vamos deixar bem claro isso. No entanto, o recurso não tem de ser gasto apenas na saúde ou com profissionais da saúde. Quem assina o convênio é a Apae. A prestação de serviço já foi feita. Você prestou o serviço e já recebeu por ele. Então, na verdade, o dinheiro que o SERDI recebe, apesar dele ser pago com o dinheiro da saúde que foi pago pela Apae, é um recurso da instituição, ele pode ser usado onde a instituição achar que deve ser usado. Não tem essa separação, porque é o SERDI eu só posso pagar profissionais da saúde. Isso não existe. Porque o serviço foi prestado e o convênio é com a Apae. É com a instituição. Ele não é feito com a clínica de reabilitação. Ele é feito com a mantenedora. E a mantenedora é a Apae e os recursos são pagos à Apae. E a Apae vai utilizá-lo da melhor forma possível. Definir quanto custa a

assistência social, quanto custa a educação, isso é uma coisa. Agora, outra coisa é dizer que eu não posso utilizar do recurso ou que o recurso não pode ser pago, isso não existe. Eu tenho um bolo de dinheiro da instituição que eu recebo, eu tenho que ver o custo de cada setor. Então, não existe essa divisão que é SERDI e só pode pagar saúde.

**Maria
Juanita
Pimenta**

Pegando a linha de raciocínio da Darci é isso mesmo. Na verdade, as Apaes hoje precisam organizar a assistência social. Um dos custos que a assistência social tem é a sua equipe técnica e um dos procedimentos da assistência social é a acolhida. Como vocês já conhecem o prontuário da assistência social, que é composto de cinco protocolos, um deles é a acolhida. Essa acolhida é feita inicialmente, na saúde, por meio da avaliação multidimensional. Independentemente de onde a profissional esteja, a acolhida que a assistente social faz pode ser computada na saúde, sem nenhum problema. É um procedimento técnico que é utilizado no serviço. A partir do momento que esse usuário sai da saúde, ou está na saúde ainda e vai para a assistência, são aplicados pelas assistentes sociais outros demais protocolos do usuário que são as entrevistas, o parecer, o PAF e o PDU. Independentemente de onde esse profissional faz uma intervenção, ele vai ser pago pela política específica sem nenhum problema. Ele pode ser pago pela assistência, ele pode ser pago pela saúde, isso não impede ou dificulta a intervenção. Agora, no seu caso, eu estou entendendo que na hora de elaborar o termo de colaboração, vocês têm que colocar as intervenções que serão feitas e os profissionais que farão parte. Isso não tem nenhum empecilho, porque o profissional assistente social é da Apae de Patrocínio e não é do CER de Patrocínio, ou da assistência social. Quando você vai fazer um termo de colaboração com o Poder Público, você vai colocar na equipe técnica quais são os profissionais que serão responsáveis por aquela intervenção.

**Apae
Mutum**

A minha pergunta é a seguinte: foi falado sobre atendimento dos usuários que passam pela Junta Reguladora, que até agora, aqui em Mutum funciona corretamente. Entretanto, nós temos uma demanda anterior à Junta Reguladora

ao próprio SERDI. A minha pergunta é: como eu faço com o atendimento dessas pessoas que não têm o encaminhamento da Junta, eu os atendo normalmente ou eu preciso encaminhá-los novamente à Junta para ter esse atendimento protocolado. Como é que eu devo fazer?

Darci Fioravante

O SERDI foi posterior e nós tínhamos esses usuários. Houve locais em que você fazia um acordo com a Junta, de você encaminhar a avaliação deles e a Junta autorizava sem que eles precisassem seguir o fluxo. Era uma coisa acordada, ele não precisava ir ao posto. Ele estava aqui dentro da Apae, anterior ao SERDI, o SERDI autorizava o atendimento dele, mas, eu tenho aqui a avaliação dele, o diagnóstico dele, ele tem deficiência intelectual. Vocês me dão a guia porque ele está em atendimento. Ok! Eles davam a guia de atendimento sem problema nenhum. Na maioria dos lugares foi feito isso. Foi uma coisa acordada. Aí a pessoa tem a guia de referência, igual aos outros. Agora, cabe a vocês aí em Mutum junto com a Junta, estabelecer um fluxo desses usuários que estão na Apae e se encontram em atendimento. Inclusive vocês devem computá-los como meta física de vocês. Se vocês não estão computando, precisam regularizar essa situação também.

Apae Tocantins

Com relação à assinatura de um responsável, assistido nos atendimentos: o próprio assistido pode assinar? Mesmo que seja com a sua digital? Outra dúvida: Darci falou do prontuário único. Como fica a questão do prontuário de educação e de assistência social, visto que eles têm que ser separados?

Darci Fioravante

Na verdade, não é aceita a digital. Ele não pode assinar. Se ele tem pai ou responsável, tem que ser o pai ou responsável. Ele não pode efetuar a assinatura com a digital. Tem que ser mesmo o pai ou responsável. Outra questão é sobre o prontuário. Vamos separar as coisas. O atendimento de saúde tem o prontuário dele lá na saúde. Na assistência a família vai ter a dela. E na educação, se ele está na escola, ele tem toda a documentação dele na escola. Então, vamos supor que fez a avaliação multidimensional, essa pessoa teve indicação de ter atendimento

na escola e ter atendimento na saúde. O que nós vamos fazer? Vamos pegar a avaliação multidimensional, que foi feita pela equipe. A avaliação pedagógica, vai tirar uma xerox e vai fazer um prontuário lá na escola iniciando a documentação dele. Isso que é o correto. Porque você consulta a pasta dele. Se você precisar de alguma questão em relação aos especialistas vocês fazem uma discussão do caso.

Apae Cruzília

A minha pergunta é em relação à Junta Reguladora. Na nossa Apae de Cruzília nós ainda não temos essa Junta. Apesar de a gente vir trabalhando desde que o serviço foi implantado, com as multidimensionais, PTI e tudo mais, a gente está preso na Junta Reguladora. E no outro governo, nós procuramos, já pedimos a esse inclusive, mas, até agora, eles não fizeram nada neste sentido. Então, eu gostaria de uma orientação de vocês.

Darci Fioravante

Primeira coisa: oficializa essa questão à Secretaria da Pessoa com Deficiência que é a Secretaria responsável pelo treinamento das Juntas Reguladoras. É uma forma de você se resguardar, porque se você está procurando o município para ele organizar ajuda, e se a ajuda não foi estabelecida no município, você oficializa isso à Coordenadoria da Pessoa com Deficiência do Estado, que é uma forma de você resguardar a instituição.

Apae Maria da Fé

Como nós podemos definir um usuário da Apae? Porque na minha Apae tem uma demanda muito grande para fonoaudiologia. E a gente não sabe se é clientela nossa ou não.

Darci Fioravante

É por isso que nós estamos falando da avaliação multidimensional da pessoa com deficiência intelectual. Qual é o público específico da Apae? Deficiência intelectual. Esse é o público específico. Quando eu faço essa avaliação eu defino com muita clareza qual é o meu público. Então, se você está com uma demanda muito grande de fonoaudiologia, a primeira coisa que você tem que

ver é o porquê desta demanda. Qual é a faixa etária desta demanda. Por quê? Porque a avaliação multidimensional de deficiência intelectual é aplicada a partir dos quatro anos de idade. Se é uma criança que está na faixa etária de zero a seis e está apresentando um comprometimento no atraso da linguagem, no desenvolvimento na comunicação, você coloca no atendimento, se você for SERDI, com o PIPA. E isso é umas das obrigações nossas de atendimento da criança com atraso e, com atraso na comunicação, ela pode entrar. Então, a primeira avaliação que você tem que fazer é a seguinte: é uma criança de zero a seis: é prioridade. Você tem PIPA? Você tem que colocá-lo em atendimento. Independente de ele estar com uma avaliação de deficiência intelectual ou não. À medida que você for realizando o atendimento e ele for apresentando outras questões, você tem que apresentar o diagnóstico, você passa pela avaliação multidimensional. Mas, se a demanda é grande, a primeira coisa que você tem que definir é a faixa etária. Que faixa etária é essa? Depois que tipo de deficiência ele apresenta. É uma deficiência ou é só um atraso mesmo? Porque o PIPA é para prevenção de deficiência e é uma função do SERDI. Então, você tem que inseri-lo para poder fazer o atendimento.

**Apae
Cláudio**

Eu gostaria de saber sobre a avaliação multidimensional. Se a parte técnica avaliando, dando um diagnóstico, é necessária a avaliação de um neurologista?

**Eduardo
Barbosa**

A avaliação multidimensional, como a Darci colocou, necessita ter uma equipe mínima que possa nos dar informações sobre o contexto desta pessoa na condição cognitiva, intelectual, de como ele está funcionando nas suas relações interpessoais e não há a necessidade de, neste momento, haver outros especialistas. No entanto, há casos que nós vamos precisar ir além. Pessoas que têm convulsões repetidas, que tem automutilação, que tem heteroagressão, que precisam de um médico especialista, para uma abordagem principalmente, medicamentosa. Se a gente não tem dentro da instituição, nós podemos encaminhar, como uma orientação do grupo que a avaliou, para um serviço de saúde do município. Então, nós precisamos utilizar todos esses serviços, porque nós não temos como sustentar profissionais para todos esses serviços. Mas tem que partir de um diagnóstico preliminar nosso.

**Darci
Fioravante**

Quando uma pessoa apresenta uma síndrome que te causa suspeita, ter um neurologista para avaliar nesse processo é importante. Mas, o diagnóstico de deficiência intelectual, da funcionalidade do sujeito, a equipe pode dar. Inclusive, um psicólogo pode emitir um laudo para o Ministério do Trabalho e assinar. Não tem que ter necessariamente um neurologista. Vamos supor, uma criança que não tenha uma síndrome aparente. Mas, ele está apresentando algumas questões comportamentais. Dificuldade de interação. Muitas vezes, o médico não dá o diagnóstico de deficiência intelectual. Esse é um grande problema que a gente tem. Ela não tem característica de síndrome, mas apresenta algumas questões comportamentais suspeitas. Aí eles colocam que é distúrbio de comportamento, distúrbio de conduta e quando você vai avaliar, ele tem deficiência intelectual, por isso, que a avaliação multidimensional traz algumas questões para nós que nos permitem conhecer como esse sujeito funciona. É dentro da funcionalidade dele. Então, o diagnóstico vai ser dado em cima disso. O diagnóstico será dado em cima da funcionalidade. Eu não estou dando um diagnóstico médico. Eu estou dando um diagnóstico da funcionalidade e da deficiência dele.

**Eduardo
Barbosa**

Finalizando a nossa segunda videoconferência dessa série sobre Organização de Serviços de Saúde nas Apaes de Minas Gerais eu quero agradecer a presença de todos e todas vocês e reforçar a importância de que os serviços de Saúde sejam organizados com qualidade em todas as nossas instituições.

...

04.3

Organização Dos Serviços De Emprego Apoiado

Nós gostaríamos de lembrar que o programa de trabalho, emprego e renda nas Apaes acontece desde a década de 90. Esse trabalho era realizado nas oficinas de capacitação, ou seja, você treinava essas pessoas para depois inseri-las na empresa. Essa metodologia alcançou algum sucesso, mas um sucesso bastante relativo e o primeiro dado que nos mostra isso é que dentro da Apaes existem pessoas que estão há muito tempo nas oficinas e que nunca foram colocadas no mercado formal de trabalho.

Esse é um dado que nos preocupa e por isso a revisão neste programa. Não é à toa, que faz uma década, aqui em Minas Gerais que nós temos mil e quinhentas pessoas inseridas no mercado formal de trabalho. Esse número é o resultado deste programa, mas não muda há dez anos.

Além disso, não se observa uma permanência pequena destas pessoas no mesmo emprego. Há uma sazonalidade. As pessoas não demoram mais de dois anos no mesmo emprego. Saem e arrumam um outro emprego e assim, sucessivamente. Essa é outra questão que nos preocupa muito.

Diante disso, nós fomos pesquisar uma nova metodologia, que é a metodologia de emprego apoiado que é utilizada e discutida no mundo desde o início da década de 80 e que é uma metodologia que faz uma inversão. Hoje, nas oficinas a gente treina para inserir. Essa metodologia inverte isso. Ela insere para depois treinar. Há uma inversão daquilo que estávamos fazendo até agora.

As Apaes irão receber uma cartilha com todas as orientações desta metodologia, em que nós temos toda a sua estruturação. A gente entende que aquelas Apaes que já têm a prática da preparação para o emprego podem imediatamente utilizar, e aquelas outras que ainda não têm essa prática vão precisar de uma capacitação. Então, é isso. O emprego apoiado é uma metodologia que traz essa inversão de lógica, e o papel da Apae passa a ser acompanhar a inclusão deste sujeito a partir da sua entrada no mercado de trabalho, é orientar o trabalho dentro do seu ambiente real de trabalho, dentro daquele emprego para o qual ele já foi contratado.

Cabe observar que é diferente daquela situação do estágio e do aprendiz, pois a pessoa tem que já ser contratada com carteira assinada, e aí a Apae começa um

trabalho de acompanhamento dele dentro da empresa, processo esse que tem começo, meio e fim.

A ideia é que o setor de recursos humanos das empresas assuma esse processo. Quando esse setor assume a gestão deste sujeito a Apae vai se retirando aos poucos dessa orientação. Então, essa é a base desta metodologia.

E é com essa metodologia que a gente espera avançar no número de pessoas inseridas no mercado formal de trabalho em Minas Gerais. Então, algumas Apaes já têm uma certa experiência neste acompanhamento, porque já faziam acompanhamento pós-colocação.

Antes as pessoas passavam pelas oficinas e eram colocadas nas empresas e algumas Apaes continuavam a acompanhar esse sujeito. A diferença é que agora essas Apaes não serão as responsáveis sozinhas, ou não serão a única responsável pela inclusão deste sujeito. A empresa vai ter que se responsabilizar pela adequação deste sujeito com o apoio da Apae. Tanto é que nesta metodologia que a gente usa hoje, 20 anos depois, a empresa aciona a Apae sempre, às vezes por um problema pequeno e para um funcionário que está nessa empresa há muitos anos. A ideia é que a empresa tenha autonomia na gestão deste trabalhador que é um trabalhador como outro qualquer.

Eduardo Barbosa

E como nós sabemos quando uma pessoa com deficiência intelectual está preparada para o trabalho, Darci?

Darci Fioravante

Então, nós temos a escala de autodeterminação, que é a escala que mede autonomia, empoderamento e autoconhecimento da pessoa com deficiência intelectual. Com ela conseguimos avaliar como essa pessoa com deficiência intelectual está em seu desenvolvimento, especialmente em relação à sua funcionalidade. Ela tem que estar de acordo com aquilo que são exigências para uma vida de participação social.

Outra ferramenta é aquela que mede os perfis vocacionais dessas pessoas, que é a escala de Lantegi Batuak. Ela traz para nós, dados sobre a capacidade de visão, de audição, de motricidade fina, grossa, e as adaptações técnicas que esse trabalhador

precisa. E traz, também, o perfil do posto de trabalho. O que a função vai exigir dele. Vai exigir que ele tenha boa visão, exige que ele tenha boa mobilidade, ou não. Exige que ele tenha uma boa audição. O que esse posto vai exigir dele. Aí eu vou fazer o cruzamento das informações que eu tenho da pessoa com deficiência intelectual, e o perfil que eu tenho para o posto de trabalho.

Essa ferramenta traz uma tabela, na qual de um lado, está o perfil da pessoa com deficiência intelectual e do outro estão as exigências do posto de trabalho e isso será medido de 01 a 05. Quando a exigência é muito grande mede 5, quando a exigência é nenhuma é 1. Então, o que acontece, quando você cruza o perfil da pessoa com deficiência, e a questão do posto de trabalho? O posto exige que em relação a uma questão visual ele tenha 5. Uma visão ótima. E ele tem uma visão subnormal ou abaixo, então não vai atender ao posto. Então, você faz o cruzamento, na própria escala e você consegue visualizar se está fazendo uma indicação correta de acordo com o perfil da pessoa e de acordo com a função. Então, isso, eu acho que facilita demais. E sai daquilo assim: “eu acho que ele está preparado”. “Esse aqui não está preparado para o trabalho”. A gente foge desta questão em que eu vou determinar se a pessoa está preparada ou não. Eu tenho instrumentos para me auxiliar.

Outra ferramenta que pode auxiliar na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado formal de trabalho é a escala de qualidade de vida integral que vai medir qual o nível de qualidade de vida que essa pessoa apresenta, e que vai me ajudar a pensar nas minhas intervenções para prepará-la melhor. Inclusive, vendo a vulnerabilidade da família neste processo.

Então, hoje nós temos esses instrumentos que nos ajudam a pensar no que é mais importante para a pessoa, e depois que ele estiver no posto de trabalho, nós podemos verificar novamente, inclusive se ele teve alguma melhora na qualidade de vida ou não. Portanto, ao adotarmos a metodologia de emprego apoiado, a gente ganha instrumentos que podem nos auxiliar para uma inclusão adequada dessas pessoas. E vocês viram que em nenhum momento, a gente fala em ter alguma habilidade de trabalho em si. Nós não falamos disso aí, porque isso será feito no treinamento em serviço. Ele vai aprender trabalhando, assim como eu aprendi a trabalhar com pessoa com deficiência intelectual, trabalhando com essas pessoas. Eu não tive nenhuma preparação anterior. Eu fui aprendendo. Quantas pessoas chegam à Apae e não entendem sobre deficiência intelectual e é ali que ela vai aprender, no serviço.

**Eduardo
Barbosa**

E quais são as fases dessa metodologia, Sérgio?

**Sérgio
Sampaio**

Então, nós listamos aqui algumas fases do processo e do papel da Apae, nesta metodologia de emprego apoiado. A primeira coisa, é que a Apae deve convencer os empresários e os trabalhadores com deficiência intelectual da sua cidade, da empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual. E como pode se fazer isso? Fazendo fóruns com as empresas, explicando o que é deficiência intelectual para essas empresas, levando alguns casos de sucesso de pessoas com deficiência intelectual que deram certo em algumas empresas. Em resumo, demonstrar para as empresas que as pessoas com deficiência intelectual podem ser produtivas, como os outros.

Depois é a adequação do perfil do candidato aos postos de trabalhos existentes, através dos instrumentos que Darci já falou. Portanto, você tem que identificar dentro do município quais são os postos de trabalho existentes. Essas etapas devem ser feitas antes da colocação deste sujeito no mercado de trabalho.

Feito isso, os postos de trabalho identificados, o perfil vocacional feito e a compatibilização entre um dos postos de trabalho existente com as habilidades da pessoa com deficiência intelectual, você o coloca no trabalho, sendo o papel da Apae, a partir deste momento, de apoio técnico à pessoa com deficiência intelectual na sua formação e no seu treinamento dentro do local de trabalho e apoiar a empresa nas adaptações que devem ser feitas para adequar o posto de trabalho as características desse trabalhador. Salientando que esse apoio deve ir se reduzindo até não ser mais necessário

**Eduardo
Barbosa**

E, os outros funcionários da empresa também devem ser preparados para receber bem esse trabalhador, né, Sérgio?

**Sérgio
Sampaio**

Exatamente. Essa é uma fase, que começa antes da entrada com a sensibilização, e continua quando a pessoa com deficiência intelectual está inserida no seu posto de trabalho.

Lembrando que essa é uma metodologia nova, que principalmente, a Apae de Belo Horizonte tem essa prática bem efetiva, e é claro que com a nossa experiência, nós podemos inserir novas ações que podem vir a auxiliar nesse trabalho. O importante é que depois de certo tempo a gente consiga inserir mais pessoas com deficiência intelectual nas empresas

Darci Fioravante

Na verdade, a Apae passa uma ideia para a empresa que só ela sabe lidar com pessoa com deficiência intelectual, e isso não é verdade, somos apenas os especialistas. Na metodologia de emprego apoiado, a Apae tem que fazer o seguinte: “olha, eu estou aqui para apoiar o entendimento entre a pessoa com deficiência intelectual e a empresa”. Então, eu passo a intermediar, não sou eu quem chega lá e vou fazer. Eu vou intermediar uma relação que passa a surgir entre a pessoa com deficiência intelectual e a empresa. E você vai orientar as empresas em suas dificuldades com a pessoa com deficiência intelectual.

Então, eu vou saindo deste protagonismo, por quê? Porque se eu quero que esse apoio ocorra de uma forma natural com esse trabalhador, eu preciso me retirar. Porque é essa a forma que a empresa é obrigada a assumir que esse é um trabalhador como outro qualquer, que ela recebeu e que ele faz parte da empresa e não da Apae.

Diante disso, todo o problema que aparece, é a Apae quem tem que solucionar? Não, cabe a Apae passar a orientação para empresa, ela é que tem que conduzir o problema. A mesma coisa é a orientação à família desse trabalhador que deve ser assumido também pela empresa. A Apae, então, deixa que a empresa se relacione com a família e não intermedia essa relação, pois a empresa precisa entender que a família é também o apoio deste trabalhador. Então, nós vamos criando outra relação com essas empresas.

Não é apenas nas horas boas que a pessoa com deficiência intelectual é funcionária da empresa. É funcionária em todas as horas, como qualquer trabalhador, que tem problemas, que causam problemas e que às vezes trazem desafios. Então, a gente vai percebendo que as empresas vão tendo uma relação muito legal com o funcionário com deficiência intelectual e aprendendo a conhecê-lo, pois a Apae tem uma forma de relação com a pessoa e sua família que é diferente da relação que a empresa deve estabelecer que é uma relação entre empregador

e empregado. Ao acompanharmos as empresas percebemos que elas vão buscando maneiras para que esse funcionário vá se tornando produtivo e vá se relacionando com a empresa, mas, em uma linguagem dela, que não é da Apae mais. Linguagem própria da empresa. Que é da cultura dela e isso é fundamental para que o processo de inclusão aconteça.

Outra coisa que as Apaes podem e devem utilizar no acompanhamento desse trabalhador nas empresas, se percebermos que o trabalhador com deficiência intelectual não está muito bem adaptado, são as ferramentas já citadas: escala de autodeterminação e Lantegi Batuak, aplico-as de novo e vejo o que está acontecendo. Com isso eu tenho como monitorar esse processo de inclusão. Se alguma coisa está inadequada na empresa, eu tenho como apontar, pois, as empresas, principalmente, as grandes empresas gostam da coisa muito concreta. Então, nós temos que ter os instrumentos como uma forma de visualizar o que estamos falando. Você está falando que ele tem condições, o que me mostra que ele tem? Eles trabalham com a gente assim. Me mostra o que ele tem. A escala de autodeterminação principalmente, nos ajuda a avaliar o avanço dele a partir da sua colocação no mercado formal de trabalho e isso é um ponto importantíssimo para a pessoa com deficiência intelectual.

**Eduardo
Barbosa**

E o que a gente precisa para implantar a metodologia de emprego apoiado numa Apae, Sérgio?

**Sérgio
Sampaio**

O que a gente precisa é de uma estrutura muito pequena, seria uma sala com o material de expediente necessário para aplicação destes instrumentos e um técnico especializado em inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Pode ser apenas um profissional, mas esse profissional tem que gostar de pesquisar e estudar, tem que conhecer os instrumentos, tem que ser um bom técnico. Porque senão não consegue fazer o processo de inclusão. Mas, agora é importante dizer que isso é apenas uma introdução a essa metodologia, pois é a primeira vez que estamos falando disso para vocês.

Finalizamos agora a 3ª videoconferência. O emprego apoiado ainda é novo para nós das Apaes, mas a pouca experiência tem nos mostrado a sua eficiência na colocação e manutenção da pessoa com deficiência intelectual no mercado formal de trabalho. Agradeço a todos os participantes e os convido para a último vídeo, sobre o serviço de Educação, que vai encerrar esse nosso programa com chave de ouro, assim espero.



04.4

Organização Dos Serviços De Educação

**Eduardo
Barbosa**

Júnia, dentro desta relação quase diária que vocês têm com as Apaes você percebe que há resistência por parte da diretoria das escolas em relação a essas mudanças ou às vezes, são dificuldades mais circunstanciais, uma dificuldade da organização do sistema de educação no município?

**Junia
Ângela
de Jesus**

A gente lida com as questões circunstanciais sim. Mas hoje eu percebo que um dos fatores é esse desconhecimento da evolução da pessoa com deficiência intelectual e das propostas inovadoras que temos. Nós ainda encontramos no movimento pessoas que têm essa concepção do assistencialismo, de que essas pessoas precisam só de cuidado, que ela precisa ser atendida só nas suas necessidades básicas mesmo e que elas não vão aprender na escola o que a escola pode oferecer. Então, eu acho que esse é o grande dificultador. Às vezes, a escola está muito bem organizada; no entanto, percebemos que as práticas pedagógicas não despertam interesse ou se há esse interesse não se sabe como alcançar para atender as necessidades deste sujeito.

**Eduardo
Barbosa**

Primeira pergunta: que tipo de escola, nós ofertamos? Ou melhor, quais os níveis de escola nós temos na nossa escola especial?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Nós ofertamos a escola infantil, de zero a três. E de quatro a cinco anos. Algumas escolas oferecem o sistema de creches para essa faixa etária de zero a três, o ensino fundamental, anos iniciais, a EJA – Educação de Jovens e Adultos correspondente aos anos iniciais, e Educação de Jovens e Adultos, anos finais.

**Eduardo
Barbosa**

A creche é de zero a três anos de idade. Agora, as pessoas têm uma dificuldade em distinguir entre creche e estimulação precoce ou serviço de intervenção. Você podia falar sobre isso?

**Junia
Ângela
de Jesus**

O Referencial de Educação Infantil propõe que a educação infantil para essa faixa etária se dá todos os dias, quatro horas. Então, isso já se diferencia da estimulação precoce ou do que a clínica da Apae faz. Trata-se de um atendimento de uma ou duas horas com um profissional. A creche é diária, quatro horas, com um professor. Podendo ser orientado pelos profissionais de saúde, para fazer essa estimulação diária, todos os dias durante quatro horas.

**Eduardo
Barbosa**

E com professores, certo? Com as parcerias que nós temos com o estado e com o município, o professor que atua na educação infantil seria de responsabilidade de qual nível de gestão?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Município. Até 2010, as Apaes possuíam professores do estado na educação infantil, mas a Secretaria de Estado já havia fazendo alguma fiscalização, e em 2015, com a instrução número 03 da Secretaria, ficou estabelecido que o Estado não cede professores para essa etapa de ensino. Agora, a responsabilidade é do município. Desta forma, as Apaes que possuem educação infantil têm que fazer com professor da Apae ou cedido pelo município

**Eduardo
Barbosa**

Você acredita que é salutar para esse aluno de zero a três já entrar na escola especial ou se o município tem creche para ofertar para esse aluno, seria interessante ele frequentar a creche comum?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Pensando na educação infantil que ali começa e é a base de tudo, propomos um agrupamento mais amplo e diversificado para que a criança alcance as demais no nível de ensino posterior com um desenvolvimento adequado àquela faixa etária. O que temos observado nas Apaes é a existência de turmas muito pequenas cujo ambiente não é estimulante, uma vez que ele não promove a convivência com

crianças que falam, que andam, que possam ter ali essas trocas nesta faixa etária tão importante. Então, a instituição tem que ter uma proposta pedagógica que viabilize, seja com crianças de creche, ou seja, com crianças do entorno da Apae, em praças externas à instituição, para propiciar essa interação entre as crianças. A criança deve ser estimulada quando está brincando ali com outra criança, tendo a oportunidade de explorar os materiais com outras crianças. Isso também é um aprendizado.

Eduardo Barbosa

O que você tem colocado aqui, é que devemos observar que tipo de ambiente, de interação de estímulos, de atividade, que essa criança está tendo, pois corremos o risco de ofertar, um estímulo pobre para ela, que nesta faixa etária é fundamental termos bons estímulos, porque o sistema nervoso está em formação. Por outro lado, nós temos algo importante, que é a orientação a essas famílias. Porque, às vezes, a creche comum não tem profissionais preparados para dar as orientações profissionais que envolvem o seu filho. E nós sabemos que a orientação aos pais, nessa primeira fase, é essencial porque os pais têm muitas dúvidas, muitas necessidades, até de aceitação da própria deficiência. Tem que estimular e o estímulo tem que ser uma constante. Principalmente no ambiente escolar, na estimulação. Isso tem que ser dentro de casa também.

Junia Ângela de Jesus

A proposta da instituição em relação à educação infantil tem que ser bem pensada nestes aspectos. Mesmo que a gente tenha só uma turma, mas, qual é a orientação da família para essa estimulação? Em que espaços é importante esta família levar essa criança e mesmo, a própria instituição, como ela vai trabalhar essa estimulação também.

Eduardo Barbosa

Então, a Apae pode ser parceira da escola comum também em creches, que prestam orientação às famílias, aos profissionais. E aquelas que já estão em estimulação, nada as impede de estarem na creche pública e virem para a estimulação, uma vez por semana, duas vezes por semana, que é o local onde a orientação pode também ser feita para as suas famílias. Então, a legislação nos exige que tudo seja muito regularizado, formalizado, regulamentado e autorizado. Você ainda encontra Apae sem autorização?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Nós fazemos parte do sistema de ensino. Então, enquanto parte do sistema de ensino, a formalização do que nós fazemos nesta escola, começa com a formalização da escola. No contexto das nossas Apaes encontramos unidades que oferecem a prática educacional sem estar formalizada. Tem que ter a formalização da Secretaria de Estado da Educação. E outro ponto que nós temos encontrado muito são as Apaes que são autorizadas há muito tempo e que deixam essa autorização vencer. Não solicitam a renovação. As Apaes que fizeram EJA, ou que tiveram a sua autorização depois de 2002, tiveram a autorização por um período determinado de tempo, porque a Resolução 449/2002 do Conselho Estadual de Educação determina o tempo de vigência da autorização.

**Eduardo
Barbosa**

Essa autorização é da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Através da Resolução 449/2002 do Conselho Estadual de Educação. E todo mundo tem que conhecer?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Sim, é fundamental conhecê-la. Essa resolução autoriza o nível de ensino, pelo prazo de quatro anos, descredenciamento em quatro ou cinco anos; 120 dias antes do vencimento desta autorização, a instituição tem que entrar com o processo para renovação, chamado pelo Conselho de reconhecimento. Neste reconhecimento as superintendências acionam o grupo de inspetoras, que vão à instituição verificar se os atos escolares, dos anos que ela funcionou, estão adequados. As inspetoras vão para fazer o que elas chamam de validação dos atos, e se a ficha de matrícula e o diário não estão bem preenchidos, isso depõe contra a unidade. Uma vez que essa organização fala do compromisso, da seriedade, da competência que nós temos na nossa escola com o aluno que está conosco.

**Maria
do Carmo
Menicucci**

A resolução 449/2002 é o início de um funcionamento de uma escola, é certidão

de nascimento de uma escola. Mas junto com ela as escolas têm que ficar atentas também à Resolução 460/2013, também do Conselho Estadual de Educação, porque ela dá toda a orientação para a elaboração do projeto pedagógico, que é um documento importante e que orienta o processo de autorização. O tempo que o Conselho concede depende muito do processo de autorização que chega ao Conselho. Se estiver completo, naqueles itens que são fundamentais, então, o Conselho concede quatro anos. Se não, dá um prazo menor para que o processo seja completado.

**Eduardo
Barbosa**

O que é necessário para uma escola, em termos de estrutura física funcionar?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Na Resolução 449/2002, muito das nossas Apaes foram autorizadas sobre uma outra resolução que foi a 360 na qual não havia tanto essa exigência. A partir de uma mudança de contexto, da lei de acessibilidade, a 449/2002 também traz às vezes o espaço físico como um impeditivo para a renovação da autorização. Às vezes, a Apae foi autorizada há muitos anos atrás e ela implantou a EJA anos finais. Então, ela está implantando nos moldes da 449/2002. Ao avaliar essa renovação as inspetoras vão avaliar o prédio, também o espaço físico, que às vezes está inadequado e vão exigir algumas adequações. E se a instituição está começando e quer abrir uma escola, o espaço físico será um dos primeiros pontos a ser observado. Tem que atingir as condições mínimas de acessibilidade, de material, do tamanho das salas, bibliotecas. Todas essas exigências estão descritas, e às vezes o espaço físico é um impeditivo tendo em vista que ele não preenche tais exigências.

**Eduardo
Barbosa**

Isso acontece muito, ou os inspetores são camaradas?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Acontece muito de não autorizar, mas a gente encontra ainda muitos inspetores camaradas, que autorizam. Mas isso depois vira um problema, porque o inspetor muda. Então, vem outro inspetor que não concorda com aquele espaço, vê que

as condições são insalubres, que colocam as pessoas com deficiência em risco, as outras pessoas que ali estão, e aí elas não autorizam e não renovam. Então, às vezes a Apae pode perder o funcionamento da escola por causa disso.

**Eduardo
Barbosa**

E com relação aos materiais? Pode passar?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Com relação à quantidade mínima de material, ela tem fiscalizado muito. Às vezes, pela Apae ter muitos livros didáticos em sua biblioteca, elas deixavam passar pela quantidade de livros. Mas, hoje, elas fazem uma fiscalização bem maior nos documentos, observando se os documentos são para o trabalho com as pessoas com deficiência. Então, o material pedagógico, jogos, tudo isso é observado e é avaliado se é condizente com o funcionamento de uma escola especial.

**Eduardo
Barbosa**

O dinheiro direto na escola pode ajudar. Porque é um recurso que vem direto para escola, para que a gente atualize o material didático, para que possamos fazer algumas atualizações no prédio, algumas adequações necessárias. Você acha que a Apae está utilizando adequadamente, esses recursos?

**Junia
Ângela
de Jesus**

O dinheiro direto na escola vai ser recebido apenas depois que estiver com a escola autorizada. Então, a instituição tem o mínimo destes recursos, e às vezes, quando ela tem esse recurso ele não é condizente com a necessidade do aluno. Muitas vezes a gente utiliza muitos materiais de manipulação, jogos por exemplo. Nós estamos aí na era da tecnologia e às vezes, nós encontramos os laboratórios de informática com pouca tecnologia, com pouco recurso tecnológico. Jogos, softwares mais atualizados que favorecem o desenvolvimento. Nós percebemos muitas vezes, que são compras de materiais que não atendem o perfil dos nossos alunos, mesmo tendo possibilidade de comprar outros materiais, às vezes trocar um computador ou um equipamento que favorece o sujeito. Às vezes percebemos que esse recurso não é usado para atender a necessidade mais atual do aluno.

**Eduardo
Barbosa**

Você acha que o nosso aluno se interessa pela tecnologia de inovação, pelo computador?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Sim! Muito! Nós percebemos que os alunos estão lá com o celular. Sabem mandar mensagem, sabem gravar, às vezes, não sabem digitar. Mas, eles sabem gravar os áudios, a gente tem muitos recursos tecnológicos. O Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE-MG, no curso de deficiência intelectual, trouxe um módulo de tecnologia assistiva, comunicação assistiva, com uma gama de materiais que podem ser utilizados, e a gente continua querendo ofertar aos alunos, a matriz, o caderno, e não explorar esses recursos. E eles respondem super bem a esses recursos.

**Eduardo
Barbosa**

E para funcionar qual é a exigência de recursos humanos?

**Junia
Ângela
de Jesus**

O diretor escolar: nós temos no movimento, coordenadores ou diretor geral que tem autorização para dirigir. Esse é um profissional que vai assinar pelos atos da direção, então, é quem vai assinar os livros, as declarações, boletins, todos os documentos da escola. Professores, seja lá qual o vínculo com o estado, com o município, contratado pela própria Apae. A secretária escolar que hoje, é uma profissional importantíssima, porque se a escola não tem esse profissional, ela tem que ter uma pessoa que vai cuidar desta documentação na escola, que é uma rotina que exige muita dedicação.

**Eduardo
Barbosa**

E é aonde esse inspetor vai para ver se está tudo funcionando? Se está tudo registrado.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Uma coisa que encontramos muito: a gente sabe que a Apae não tem condições de ter uma secretária escolar e uma secretária da instituição. Às vezes, um mesmo profissional faz essas duas funções. E percebemos que o cuidado com

a documentação escolar, fica em detrimento de outras coisas da instituição. Então, a secretária cuida de outros processos da instituição, mas a questão da escrituração escolar fica esquecida. E é uma documentação que não pode ser para “quando dá eu faço”. É para cada ano. Ao final de cada ano, a documentação tem que estar organizada, o inspetor vem para fiscalizar. A escola tem que estar com os documentos organizados.

**Eduardo
Barbosa**

Nós temos Apaes inclusive que estão no Sistema Integrado de Gestão de Apaes (SIGA), certo? Justamente para quem quer ver uma secretaria escolar funcionando bem. São referências que estão funcionando muito bem, para quem quiser conhecer. E ou outros Recursos Humanos?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Supervisor pedagógico, a gente tem esse entrave em relação à Secretaria de Estado, porque muitas escolas tinham supervisor escolar e com a instrução N°. 03 a Secretaria limitou a atuação deste profissional àquelas Apaes que têm mais de seis turmas. Então, muitas escolas perderam o supervisor pedagógico e sabemos que isso é uma perda significativa, principalmente com a definição do público. Esse profissional é importante, porque é ele que vai acompanhar a proposta educacional da escola, é quem vai apoiar o professor nas práticas diárias, de pensar em estratégias de intervenção, então, às vezes sem esse profissional é difícil mesmo fazer esse trabalho. Mas, é possível, quando a gente tem professores que são especializados. Hoje, com a designação, os professores têm pós-graduação em ensino especial, então, são pessoas que possuem uma competência mínima para lidar com esse processo. Depois de 2015, foi uma perda mesmo. No curso de pedagogia o supervisor conhece todo o contexto da educação, então, esse é um curso importante, para que você possa entender que espaço é esse que você está assumindo. As habilitações específicas que são a pós-graduação em educação especial, ou em educação inclusiva estudam as especificidades das deficiências. A organização da escrituração escolar, é que traduz todo o trabalho que está sendo feito na escola. Então, mesmo com o engessamento, porque os documentos estão mesmo engessados, é neles que a gente identifica o percurso que o aluno está

fazendo, as necessidades que o aluno apresentou e a gente percebe às vezes, que não é dada a devida importância a esses documentos. Então, os documentos são: vou começar pelo documento do professor: é o diário de classe. O diário de classe é um documento importantíssimo e às vezes, a gente percebe nas Apaes que os professores, mesmo trabalhando em outras escolas e sabendo da importância deste documento, na Apae este documento é meio desconsiderado. O professor não quer preencher e se preenche, eles estão rasurados, mal escritos, coisas que em uma escola comum não passa de forma nenhuma. Às vezes, por desconhecimento da secretaria, da diretora e, sobretudo, do professor. Porque o diário é um instrumento do dia a dia dele e que ele precisa ser cuidado com zelo, porque ali está registrada a frequência dos alunos, as ocorrências no cotidiano da escola, a avaliação, a proposta que está sendo desenvolvida, então é um instrumento que o professor precisa zelar por ele.

O inspetor, quando chega, a primeira coisa que ele faz: “traga os diários”. E se o diário não está ali, isso já demonstra uma falta de zelo do diretor, da supervisora e também do professor com esse instrumento. E também com outros instrumentos: a Ata de resultados final, o livro de matrícula, o plano de desenvolvimento individual, o livro de transferência expedida, o livro de histórico escolar, o termo de visita do inspetor, então todos esses livros traduzem o cotidiano e a prática que está sendo desenvolvida naquele cotidiano.

**Eduardo
Barbosa**

E você está certificando que aquele aluno está tendo um percurso escolar?

**Junia
Ângela
de Jesus**

A gente encontra Apae que ainda não tem os livros preenchidos e aí troca a secretária, troca o diretor e o que nós vamos utilizar? Mesmo que a gente tenha apenas o Educacenso, a gente percebe que até mesmo no Educacenso, as coisas não estão sendo colocadas como deveriam.

**Maria
do Carmo
Menicucci**

Eu estive quatro anos no Conselho Estadual de Educação e essa rigidez com relação à escrituração escolar é necessária, porque quando não é observada ou

não está claramente registrada no processo, o resultado é inevitavelmente baixar o processo de autorização de funcionamento em diligência. E então, a escola tem de começar tudo de novo!

**Eduardo
Barbosa**

Nós temos que lembrar que isso protege a instituição e os profissionais. Ali está o registro do que foi proposto no ano letivo para aquele aluno. Então, isso é uma forma do aluno estar bem amparado e a qualquer momento poder estar comprovando o exercício daqueles profissionais, durante o ano letivo. Ainda mais nós, que temos parcerias com o poder público municipal, estadual, isso nos resguarda junto aos outros órgãos públicos. Ali está a comprovação do nosso trabalho. Vamos falar do PDI?

**Junia
Ângela
de Jesus**

O PDI é uma documentação importante, que a pasta individual do aluno é onde deve estar a ficha de matrícula, a ficha individual do aluno e o PDI - Plano de Desenvolvimento Individual. Então, é com ele, que nós vamos conseguir identificar as necessidades individuais dos alunos. E traçar estratégias pedagógicas para minimizar, diminuir e potencializar as habilidades deste sujeito. Nós percebemos que quando há esse instrumento fica lá na gaveta. O professor preenche só no final do ano, e a gente sabe que durante um ano muitas coisas acontecem. Muitas práticas, muitas situações estão contidas neste instrumento. Então, você pega o instrumento e não consegue entender o que está sendo trabalhado com o aluno. É um instrumento importantíssimo que deve estar no cotidiano do aluno, no dia a dia do professor, tem que estar com o professor, quando ele se senta para o módulo individual, quando ele senta para o módulo pedagógico, quando ele vai fazer um estudo de caso, quando ele vai fazer uma estratégia pedagógica. Tem que estar com esse instrumento que é um plano, ali está o planejamento para esse aluno. A forma como ele é utilizado no cotidiano da escola ainda é muito frágil. E é ele quem vai traduzir a competência do nosso trabalho.

**Eduardo
Barbosa**

É uma forma de demonstrar para as famílias qual é o plano traçado para a necessidade dos seus filhos. É isso mesmo?

**Junia
Ângela
de Jesus**

É isso mesmo. E isso existe e quer dizer que o PDI não está sendo trabalhado na realidade da escola. Então, na reunião de pais, deve ser entregue o PDI, discutida a proposta que está sendo desenvolvida. Chamá-los individualmente quando as necessidades são mais intensas. E nós vamos ter que fazer adaptações ali muito individualizadas; ele é um instrumento que baliza toda a prática da escola.

**Eduardo
Barbosa**

Então, é utilizado com a família, deve ser utilizado com a família e com o inspetor também, certo? Às vezes ele chega, quer que reduza o número de turmas, quer que tenha um número "x" de alunos. Sentar com ele para discutir o PDI destes alunos é uma forma de fazê-lo enxergar e compreender porque aquela enturmação foi feita com aquele número de alunos.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Isso é um ponto importantíssimo que nós estamos vivendo com a Secretaria do Estado que o que para nós era o máximo passou a ser o mínimo. A gente poderia organizar as turmas com o máximo de oito alunos, hoje é o mínimo e na EJA, turma com quinze alunos. Então, a gente sabe que essa orientação com alunos com perfil mais grave dificulta sim a prática pedagógica. Mas a gente somente consegue reverter isso quando tem bons instrumentos. Se a instituição tem bons instrumentos, tem uma boa relação com a superintendência, ela sabe o que estamos fazendo e muitas vezes nos apoia. Temos turmas de EJA com oito alunos, que conseguiram manter esse número e essas turmas foram autorizadas. Mas a gente precisa ter isso muito firme, saber o que estamos fazendo, ter instrumentos bem registrados para que possamos propor uma nova enturmação.

**Maria
do Carmo
Menicucci**

O PDI é tão importante, como Júnia e Eduardo já disseram, que no curso de deficiência intelectual da UNIAPAE nós temos a disciplina 02, que orienta sobre como elaborar um PDI. Um Plano de Desenvolvimento Individual. Eu quero informar que como esses cursos estão em reoferta, nós estamos possibilitando a

matrícula por disciplina. Então, você pode optar por não fazer o curso todo, mas optar por uma das disciplinas. A Resolução 460 exige também esse plano. Vocês podem acessar o curso no site da UNIAPAE.

**Eduardo
Barbosa**

Falemos, agora, do autismo na escola e sua relação com o PDI?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Primeiro entender se o autista está na escola. É um atendimento na escola especial? Ou esse pessoal está na escola comum e está na Apae no atendimento especializado? Primeiro, tem que entender isso. Se é um programa da educação é um professor especializado que conhece e domina essa questão do autismo. Se é na clínica, se é um atendimento de saúde, ali atuam os profissionais de saúde, também com o conhecimento técnico que o autismo requer.

**Eduardo
Barbosa**

Na escola quem está dando esse treinamento é o professor?

**Apae
Belo
Horizonte**

Sim, na nossa Apae é o professor. A Apae de Belo Horizonte está passando por uma mudança muito positiva, e um dos critérios que nós tivemos muito cuidado, foi a família. Inclusive referente a não aceitação e alguns mitos em relação aos filhos. Em relação ao autismo. Meu filho não vai aprender. Famílias chegam para a gente e dizer: “eu não estou entendendo o que está acontecendo com o meu filho em sala de aula”. Então, esse diálogo com a família é fundamental. Até porque é necessário que a família entenda o que o professor está fazendo com o seu filho. A gente muitas vezes, recebe professores que não estão preparados. Então, cabe a nós da equipe pedagógica, atualizarmos sempre. É estudo diário. Porque nós não vamos tratar de apenas uma síndrome. São várias deficiências dentro da sala de aula e hoje eu posso falar com muito orgulho, que a APAE-BH está fazendo este trabalho. São tentativas? São. Vão acontecer alguns erros? Sim. Mas nós estamos acertando mais do que errando. Então, essa questão do autismo acontece dentro da sala de aula, via professor, mas lembrando de que nós contamos com a ajuda de todos.

Completando isso que a Luciana trouxe aqui do estudo, das práticas cotidianas e deste envolvimento com as famílias, às vezes a nossa escola quer estabelecer uma prática um pouco diferente. Às vezes ela não traz os pais, às vezes ela não informa. A reunião está prevista no projeto político pedagógico ou no regimento, mas essas reuniões bimestrais não acontecem, porque a escola considera que em dois meses não houve nenhuma evolução e os meninos não aprendem mesmo. Não houve nenhuma evolução, não mudou nada. Então para que vamos chamar os pais para dar esse retorno? E assim os encontros bimestrais, os fechamentos de bimestres ou trimestres que devem ser para avaliar quais foram os resultados que encontramos com o sujeito, com o aluno e em um encontro com as famílias apresentar os resultados, não acontecem. E às vezes as nossas escolas não trabalham com esse procedimento que está lá definido no nosso projeto político pedagógico e até em nosso regimento. Então percebemos a fragilidade da realização do PDI porque ele é quem vai sinalizar. Algumas propostas podem ser vencidas sim, em um curto período de tempo. Iniciou o ano, eu quero que o aluno permaneça. A permanência dele em sala de aula tem que ter estratégias que em um curto período seja possível realizar aquela prática no aluno. E que ele consiga desenvolver ali o maior número de atividades em sala de aula. Tem que se ter uma estratégia que em dois, três meses, seja possível a reavaliação da sua eficácia. Se está tendo o resultado esperado. Às vezes, é pensada uma estratégia no início e no final do ano, depois de um ano inteirinho, não conseguiu? Então, a culpa é da pessoa? É do aluno? Não é o aluno sempre. Qual foi a estratégia que eu utilizei? Essa estratégia deu certo? De fato, eu usei desta estratégia? E isso demonstra a fragilidade do Plano de Desenvolvimento Individual. Às vezes, está lá estabelecido, mas não é aplicado, não é avaliado, não é monitorado. Eu não estou falando apenas da escola especial. Às vezes o PDI está na pasta. Mas você vê que não avaliou o que foi proposto, que não há uma sequência de trabalho, que o instrumento fica guardadinho lá no arquivo da secretaria.

Já falou tudo. O livro da matrícula, transferência recebida.

**Junia
Ângela
de Jesus**

O aluno é encaminhado para a Apae, faz a avaliação multidimensional, mas ele está vindo de uma outra escola. Os pais resolvem tirar de outra escola e levar para a Apae, e quando faz a matrícula na Apae não foi solicitado aos pais a transferência dos alunos. Então, a gente encontra casos de muitos alunos, matriculados em outras escolas, que não possuem documento de transferência, ou documento com um antecedente escolar. Quando o aluno chega a gente define a sua condição e em que turma ele será integrado. Desconsiderando, muitas vezes, que ele tem um percurso. Isso para nós é muito grave, porque, nós temos hoje, o Educacenso e lá nós temos a outra escola que informou o percurso que não pode ser desconsiderado. Então, quando, isso às vezes acontece na Apae, pelo Educacenso a gente vê que o aluno estava lá no primeiro, segundo, terceiro e aí de repente, ele volta para o primeiro ano.

**Eduardo
Barbosa**

Nisto aí nós somos muito monitorados pelas autoridades educacionais.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Essa questão da transferência recebida ou expedida, às vezes eu escuto professores falando que a escola da Apae: “é muito burocrática”. Escola é burocrática mesmo. Se a gente toma a decisão de ter uma escola autorizada, nós temos que cumprir esse procedimento. Mas é um processo que demonstra zelo com nosso aluno.

**Eduardo
Barbosa**

E o Histórico escolar?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Quando a escola organiza o processo de autorização todos esses documentos fazem parte deste processo de autorização. E, mesmo assim, nós encontramos a saída dos alunos da nossa escola ou sua chegada, sem a referência do histórico escolar. Nós encaminhamos muitos alunos da nossa escola e eu vivencio muitas situações de pais, que fazem contato na Federação queixando que saiu da escola

da Apae e foi para outra escola e que tem um ano e a Apae ainda não mandou o histórico escolar. O histórico escolar é um documento que não traduz o que foi feito realmente com o aluno. Mas é um instrumento de matrícula. O pai, para efetivar a matrícula do seu filho em outra escola, precisa deste documento. E aí anexo a esse documento, vai o PDI e se a escola não manda o PDI, vai circunstanciado sobre o que foi desenvolvido com esse aluno. Deve anexar esse histórico e encaminhar ao aluno. Então, esse é o procedimento comum a uma escola.

**Eduardo
Barbosa**

O livro termo de visita do inspetor escolar?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Esse livro é importante, pois às vezes os inspetores visitam a escola da Apae e fazem várias orientações, preenchem esse documento e muitas vezes, o diretor ou o secretário, assina sem ler, não lê o que o inspetor colocou, entendendo que eles já tiveram uma conversa, que o inspetor já orientou. Mas eles não leem o que o inspetor está colocando e eu já me deparei com várias situações em que a Apae diz: “o inspetor veio aqui e disse que eu tenho que organizar a documentação escolar. Mas não estabeleceu o prazo.” E quando eu pego o livro de visitas, está lá: o inspetor foi em setembro e está falando que em dezembro ele vai voltar para fiscalizar. Esse livro não serve como referência para aquilo que precisa ser organizado, o inspetor não relata ali, por exemplo, se o PDI está questionando alguma prática da escola. E o diretor, o supervisor, trouxe ao conhecimento dela. O PDI, as práticas que estão sendo desenvolvidas e às vezes, o relato de termo de visita não tem nada disso registrado que a instituição apresentou para relatar que o currículo está sendo desenvolvido. Então, fica uma coisa muito superficial e esse é um instrumento que o inspetor assina.

**Eduardo
Barbosa**

Eu sempre oriento as Apaes que nós não vamos aceitar a informação ou a cobrança informal. Porque nós todos somos humanos e eu entendi que o outro disse. Mas, quando você vai escrever, você tem mais cuidado com o que você está falando. E ali, é um documento formal e às vezes, eu recebo muitas ligações dizendo que

o inspetor disse isso, disse aquilo, e eu pergunto: “escreveu?”, porque até para nós levarmos à autoridade maior na Secretaria de Estado, algum questionamento sobre um inspetor, eu preciso ter convicção e certeza de que o inspetor disse aquilo mesmo, para não ficarmos desmoralizados com a informação. PDI de pessoas diferentes com as mesmas informações. Não é possível. Diário de classe incompleto e sem fechamento final. Isso cabe ao professor. Desde sua formação que ele aprendeu que o diário de classe é um documento dele.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Fechamento no final do ano, saber se o aluno foi aprovado, se ele ficou como retido e ele vai dar continuidade, isso tem que estar registrado, tem que estar fechadinho, assinado pelo professor, pelo supervisor.

**Eduardo
Barbosa**

E o Educacenso?

**Junia
Ângela
de Jesus**

O preenchimento do Educacenso deve ser feito de uma forma correta, todas as Apaes estão informatizadas desde 2008, passaram por vários ajustes. Nós estamos com o Educacenso de 2017, que fecha no final deste mês de julho, não houve mudanças no sistema. O sistema traz algumas mudanças tecnológicas, mas no item de informação não trouxe nenhuma mudança. Uma coisa que a gente conseguiu mudar foi a organização das turmas por faixa etária, então a gente encontra um caso ou outro. Às vezes no Educacenso está de uma forma, mas na realidade está de outra. Isso é bom, mas, a gente tem que tentar trazer para a realidade aquilo que a gente está informando no Educacenso. Porque às vezes, a inspetora chega e ela quer ver aquela organização que está no Educacenso. Então, uma coisa que acontece: turmas multiseriadas. Quando vamos ver pela organização da turma ela é ainda feita considerando a deficiência, desconsidera a faixa etária. Então ainda encontramos turmas com organização de crianças com adultos. Não é mais como há sete anos. Mas ainda encontramos esses equívocos na organização e muitas vezes no Educacenso. Isso são coisas que precisamos corrigir. O Educacenso é um instrumento importante, é por esse sistema que são

repassados os recursos com relação à educação, o FUNDEB, o PDDE.

Eu trouxe o campo 41 do Educacenso para exemplificar: a gente tem que estar muito atento com as faixas etárias, com os níveis de ensino. Quando a gente faz a análise e a Apae tem alguma dificuldade em receber os recursos, ou que o prefeito diz que o PDDE ou o FUNDEB estão zerados, nós percebemos que há equívocos nesse campo 41, que pede para marcar se a escola oferece exclusivamente AEE ou não exclusivamente. Se além de AEE, a escola oferece escolarização e/ou atividade complementar e/ou não oferece o AEE. Então, o campo que nós das escolas especiais temos que marcar é o não exclusivamente. Mesmo que a Apae não oferte o AEE. Então, eu acho que a confusão se dá aqui, porque além de oferecer AEE, oferece também a escolarização, então mesmo que a escola não ofereça o AEE, é este o campo que ela tem que marcar, para abrir para ela, a modalidade substitutiva.

Outro item que eu achei importante destacar é o item 43 das modalidades: neste item, os campos correspondem às modalidades. Modos, maneiras ou metodologias de ensino oferecidas pela escola. Neste item as escolas devem marcar somente, educação especial. Então, a gente percebe que neste item aqui, além da modalidade educação especial, tem a educação de jovens e adultos. Quando a gente marca a educação de jovens e adultos, abre a modalidade de educação de jovens e adultos regular. Então, nós tivemos no ano de 2016 cinco Apaes que fizeram isso, e que perderam o financiamento do FUNDEB.

**Eduardo
Barbosa**

O que é o serviço substitutivo?

**Junia
Ângela
de Jesus**

O serviço substitutivo são as escolas especiais, conveniadas ou não, que oferecem todas as etapas de ensino.

**Eduardo
Barbosa**

Então, não é o regular. Não é a escola comum. É o serviço substitutivo à escolarização comum. Então, aparece lá: modalidade especial, serviço substitutivo?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Isso mesmo. Eu quero falar uma coisa sobre o Educacenso. Atenção ao sistema, porque depois que ele é preenchido ele fecha. O INEP faz uma publicação com os dados que estão ali, publica no início de setembro, e ele abre em meados de setembro para as verificações. Eles veem lá no sistema quais as informações estão equivocadas, informa as escolas e elas têm ainda a oportunidade de fazer as correções. Nesse período, você ainda não consegue inserir, “ah, eu esqueci de colocar uma turma”. Às vezes as superintendências articulam e colocam. Mas, às vezes esses dados ficam fora do censo porque já houve uma publicação. As correções de marcação e de remanejamento de alunos, tudo é possível fazer neste período. Aí o sistema fecha de novo e então é feito uma nova publicação em dezembro, validando aquelas informações que estão no sistema, que serão usadas para o financiamento do ano subsequente.

**Eduardo
Barbosa**

Júnia, quem preenche o Educacenso, não é um funcionário que não conheça educação. É alguém que realmente conhece?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Conhece o sistema e se a pessoa não tem experiência, alguém da instituição que tenha experiência, que conhece a organização das turmas, tem que estar ao lado desta pessoa para fazer o preenchimento.

**Eduardo
Barbosa**

E todos os erros que as Apaes tiveram foi por que o preenchimento do Educacenso foi feito por funcionários que não têm domínio do que é escola e como elas funcionam?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Geralmente, é a secretária quem faz ou o diretor. Quando a Apae não tem diretor ou presidente que acompanha, mas confia na organização que foi feita ou pela supervisora, ou pelo professor, então, essa questão da faixa etária dos alunos

acontece muito. Alunos com 50 anos, às vezes na educação infantil. Isso não pode acontecer mais. Mas acontece. Então, isso depõe contra a instituição, contra o trabalho que está sendo desenvolvido.

**Eduardo
Barbosa**

Já que você está falando nisso, qual seria o limite de idade para o aluno que está em nossa escola?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Na educação infantil, creche de zero a três, pré-escolar; quatro e cinco anos primeiro período, segundo período. A partir de seis anos, ensino fundamental. O sistema aceita você colocar o aluno no ensino fundamental até 21 anos, com o PNDE até 17, mas, muitas instituições, não só a Apae, informam alunos com idade superior a essa no Educacenso. O que o sistema faz? Ele informa para quem está informando, ele coloca um recadinho lá, em amarelo, que o aluno está fora da faixa etária. Mas o sistema aceita e fecha. Isso não passa na análise do INEP, porque às vezes eles conferem e quando a idade está muito além ele cruza ali os dados e consegue saber quanto tempo o aluno está sendo informado naquela etapa. Se a instituição tem EJA, porque não colocou esse aluno na EJA. Então, se ela entende que essa informação é equivocada, ela pode subtrair esse aluno. Então, acontece muito da Apae dizer: eu informei cento e tantos mas estão aparecendo só cinquenta. Meu município só recebeu recurso referente a cinquenta alunos. Então, quando você vai verificar as faixas etárias, isso também foi informado de forma incoerente.

**Eduardo
Barbosa**

Porque quando nós optamos pela escola da Apae, nós optamos por ofertar EJA? De séries iniciais e séries finais?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Porque é a modalidade que não tem limite de idade para entrada desse aluno a não ser limite mínimo que é quinze anos. O aluno, com cinquenta, sessenta, setenta, noventa, cem anos pode ser matriculado nessa modalidade. Desde que

não tenha concluído o ensino fundamental, anos iniciais ou finais. Mesmo assim não vai ficar lá eternamente. Nas nossas escolas a gente já faz uma flexibilização, ali na matriz curricular. Nos anos iniciais são quatro anos e para os anos finais três anos. E aí não tem retenção. Por quê? Porque se acredita, que esse aluno já está fora da faixa etária desta etapa de ensino, e que ele está sendo inserido nessa modalidade para fazer o seu percurso, mas não para provocar mais atraso na sua escolaridade. Então, isso tem que ser observado.

Eduardo Barbosa

Na EJA de anos iniciais e EJA de anos finais, quais foram as propostas que mudaram as características das nossas escolas? Por exemplo, EJA de anos finais, nós temos uma proposta que difere de tudo o que a gente fez antes. Comente um pouco sobre isso?

Junia Ângela de Jesus

Quando a gente fez a proposta da EJA, nós discutimos com a secretaria para não fazer uma EJA convencional, mas uma EJA que de fato atendesse à necessidade do nosso público. Fizemos uma proposta que a secretaria chama de projeto especial, que é uma EJA que seria desenvolvida através de oficinas práticas. Na nossa proposta nós não definimos como seriam essas oficinas. Nós deixamos muito livres para que cada Apae optasse diante das suas condições e do perfil do público. Então, isso nos favoreceu muito. Porque os professores eram regentes de turma, eles tinham esse cargo, ficavam quatro horas, tinham uma outra organização. E de 2012 a 2015, a gente viu resultados muito positivos desta organização da EJA. Fizemos uma avaliação em agosto de 2015 das turmas que estavam concluindo. A secretaria participou junto conosco. Em 2016, com a queda da Lei 100, no final de 2015, o projeto perdeu essa possibilidade de aproveitar o professor regente de turma. A secretaria, num processo de designação que é público, não tem embasamento legal para designar professores regentes de turma para atuar na EJA finais, que é outra etapa do ensino fundamental, onde trabalham professores habilitados. Dr. Eduardo, com a articulação que ele tem, lutou para que os professores das Apaes, que já tinham muito tempo de serviço, fossem contemplados também com a Lei 100.

**Eduardo
Barbosa**

E com isso nós conseguimos manter aquele grupo que estava trabalhando conosco há muitos anos?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Nós conseguimos articular com os professores para que nessa proposta, mesmo os regentes de turma pudessem atuar nessa fase utilizando o CAT, a autorização precária. No início do processo a secretaria mobilizou a superintendência e o processo do CAT foi feito de acordo com interesse da Apae. A Apae fazia o quadro de professores, mandava para a superintendência, mandava para o conselho, automaticamente o setor da superintendência fazia a autorização precária. Isso também mudou. Porque, hoje cada professor tem que fazer o seu CAT e ver para qual disciplina ele vai ser autorizado a lecionar. Então, eu falo sempre quando eu recebo os e-mails dos professores reclamando, se queixando que a Federação não está fazendo essa defesa dos professores e isso não é verdade. Eu sempre digo que o problema não foi a proposta da EJA. Mas, sim a queda da Lei 100. Então, caiu a Lei 100, o cenário mudou.

**Eduardo
Barbosa**

Agora, tem duas coisas que são importantes que você diga aqui: primeiro é sobre o AEE e o segundo, é sobre o CAEE. E outra pergunta que já me foi formulada há um tempão é que se terminado o EJA de anos finais, se a moçada vai para as oficinas. Então, vamos colocar essa trajetória.

**Junia
Ângela
de Jesus**

O AEE é o Atendimento Especial Especializado. Nós temos em nossas Apaes algumas que oferecem esse serviço. Esse serviço está vinculado à matrícula do aluno na escola comum. Então, para a escola da Apae ofertar esse serviço, ela vai ofertar não para o aluno que está na sua escola. A título de computar recurso, o aluno que está matriculado em nossa escola não será contado como recurso financeiro. Alguns alunos vão no contra turno, mas nós temos que entender que o atendimento que nós damos nas nossas escolas, já é um atendimento

especializado. Se a instituição vai fazer a oferta deste serviço, a Apae está reduzindo ali o seu público. Às vezes tem muitas crianças com deficiência intelectual e a escola apresenta as dificuldades específicas deste aluno, provoca a Apae na oferta deste serviço. Então, a Apae oferece esse serviço, mas entendendo que isso está vinculado à escola comum. Outro ponto importante é qual é o serviço especializado para essa pessoa com deficiência intelectual. Então, às vezes a Apae oferece esse serviço, mas ela não tem nenhuma articulação com a escola em que esse aluno está inserido e nem com o professor. Então é um serviço especializado que existe para apoiar o aluno no seu desempenho escolar e o aluno está nos dois serviços, mas não existe articulação entre esses dois serviços. Mas ele estava lá no atendimento individual especializado da Apae. Então, precisamos entender a proposta deste serviço, que atendimento de fato nós estamos realizando neste serviço, para que depois não sejamos responsabilizados indevidamente. Não tem sentido se a gente tem uma escola especial. Eu acredito que precisamos nos dedicar à prática desta escola e a esse aluno que está conosco, que é da nossa responsabilidade. Em muitos municípios, existe a sala de recursos do município, ou do estado, e às vezes a gente pode articular para que esses alunos que estão na escola comum frequentem essas salas de recursos do município ou do estado. Então, eu acho que temos que entender a proposta deste serviço, às vezes a gente implanta apenas para manter o quadro de profissionais, e a essência do serviço não é pensada.

**Apae
Pará
de Minas**

Existe um modelo padrão de PDI? Cada Apae vem usando um modelo específico de PDI? Qual é a periodicidade de revisão do PDI?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Não existe um modelo padrão. Mas se vocês fizerem uma busca na internet, na Secretaria do Estado, no MEC existe um roteiro, de quais informações precisam conter nesse documento. Desde que nós viemos intensificando o estudo em relação às pessoas com deficiência intelectual e a gente estudou muito o professor Verdugo, eu participei do Plano de Desenvolvimento Individual da

Apae de Belo Horizonte e naquele momento, nós discutimos muito sobre termos um instrumento, que trouxesse de fato a realidade da pessoa com deficiência intelectual. Tem uma periodicidade de revisão do PDI. A periodicidade de revisão pode ser estabelecida no próprio documento: essa estratégia eu quero concluir com quinze dias, então é aquilo que é definido de acordo com a necessidade do sujeito ou no mínimo aquilo que está estabelecido no projeto político pedagógico que é bimestral, trimestral.

**Eduardo
Barbosa**

Quais os profissionais que devem participar da elaboração do PDI?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Considerando que nós estamos pensando também em desenvolvimento de habilidades, todos esses profissionais que estão envolvidos com esse aluno devem participar. Se esse aluno apresenta alguma necessidade de intervenção do terapeuta ocupacional ou da fonoaudióloga ou do psicólogo, e se no setor de saúde eles estão fazendo intervenções com esse sujeito, essa intervenção que é feita na saúde pode facilitar o desenvolvimento escolar deste aluno. Esses profissionais podem também participar da elaboração e contribuir para a dinâmica daquilo que está sendo desenvolvido.

**Eduardo
Barbosa**

Tem outra pergunta aqui, que é da Eunice. Somente o nosso conselho de Araçuaí conseguiu professor de Educação Física designado pelo estado. É inviável a contratação pela instituição. Resumo: a política de esporte é uma lacuna e é muito triste.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Professor de educação física é um dos profissionais que nós tivemos uma perda significativa com os critérios que a Secretaria estabeleceu apesar de termos discutido inclusive com a Diretoria de Educação Especial. A secretaria seguiu o que está estabelecido na resolução para a escola comum. Para os anos iniciais do ensino fundamental, os professores regentes de turma, podem oferecer atividades

recreativas e de lazer para os alunos e não ter o professor de educação física. Nós tivemos muitas perdas em relação a isso, porque muitas Apaes fizeram a opção por não ter o professor de educação física por que se você tem o professor de educação física, vai ser descontado no salário dos professores regentes, a carga horária de aula ministrada pelo professor de educação física. Apaes tiveram problemas neste sentido, porque os professores regentes perceberam a perda no seu salário e questionaram a Federação. A Federação tem orientado: se a instituição faz a opção por ter esse profissional de Educação Física, deve acordar com o professor regente, essa perda financeira.

Eduardo Barbosa

Temos que lembrar que nós consideramos uma perda significativa, nessa negociação com a Secretaria de Estado da Educação. Não só do professor de Educação Física, como também nós reivindicamos um professor de Artes. Por acreditar que são duas propostas que trazem para o currículo algo inovador e diferenciado nestes dois canais de comunicação com os nossos alunos, que nós temos a possibilidade de desenvolver muitas habilidades. Infelizmente, nós não fomos felizes até hoje.

Junia Ângela de Jesus

É importante lembrar, que dentro desta negociação e de encaminhamento desta questão para a Secretaria, nós dissemos que às vezes, o professor que está lá nos anos finais tem uma carga horária muito pequena, porque são poucas turmas e há a possibilidade da complementação da carga horária, nos anos iniciais. Mas nós não tivemos retorno.

Eduardo Barbosa

Como é feita a reposição do calendário escolar. E, outra coisa é em relação à designação de 2017, que não exigiu pós em Educação Especial para os professores da EJA. Gostaria que você comentasse sobre isso e se tem algo, para a designação de 2018. Tem Apaes que têm três, quatro calendários escolares.

Essa é uma questão difícil. Semana passada eu recebi a décima terceira planilha de autorização de designação, ainda, ajustando esse processo. Designações que não se efetivaram. E então abre a designação e não aparece professor, e assim, tem que se discutir isso com a inspetora. O que a Apae tem que fazer é convocar o inspetor, apresentar a situação, e pensar junto com ele, em como vai ser feita essa reposição. Se há a possibilidade de repor ainda, o que pode ser feito. Porque é ele que vai fiscalizar ali o cumprimento dos dias letivos. Então, a orientação que a gente tem dado é neste sentido. Tem que fazer a reposição? Sim. É possível fazer? Dependendo da quantidade de dias, eu acho que não. Mas, o que é que pode ser feito? O que é que deve ser feito? Então, essa conversa tem que ser feita com o inspetor que está acompanhando esse processo. As designações foram autorizadas, pela superintendência, pela escola polo, a diretora acompanha, então, é ele quem vai orientar no sentido de reposição de calendário.

**Eduardo
Barbosa**

O que é o CAEE, Maria?

**Maria
do Carmo
Menicucci**

O CAEE é outro serviço que está previsto tanto no Conselho Nacional de Educação, quanto na Resolução 460, do Conselho Estadual de Educação. O que é o CAEE? É um Centro de Atendimento Educacional Especializado. Esse é um novo serviço que vai atender também os alunos com deficiência, mas ele não pode coexistir com a escola especial. O CAEE é um serviço que vai atender também os alunos que estão na escola comum e vão para o CAEE no atendimento especializado. Então é o seguinte: no CAEE ele não vai ter a escolaridade, o processo de escolarização, com níveis de ensino, etapas, séries, regimes seriados, nada disso. O CAEE vai oferecer o atendimento educacional especializado exclusivamente. É um serviço previsto na nossa legislação e que tem essa diferença do AEE. O AEE a escola especial também pode oferecer. Pode oferecer a escolaridade e o AEE. A Resolução 460 explica muito bem quais são as exigências para ter um CAEE. Tem que montar um processo de autorização de funcionamento, mais ou menos nos mesmos moldes do que é exigido para a autorização de funcionamento de uma escola especial.

**Eduardo
Barbosa**

Então, em si, o CAEE é só para quem vai fazer AEE puro. É isso?

**Maria
do Carmo
Menicucci**

Não. O aluno deve estar obrigatoriamente cursando a escolaridade em uma escola comum.

**Eduardo
Barbosa**

Pois é. E a instituição vai funcionar só oferecendo atendimento especializado?

**Maria
do Carmo
Menicucci**

Sim. O CAEE é um espaço que oferece o AEE e pode também oferecer formação especializada para profissionais das escolas comuns, pesquisas e estudos na área da deficiência. Deve, para isso, firmar parcerias com saúde, assistência e instituições de ensino superior para desenvolver eventuais estudos e pesquisas relacionadas afins.

**Eduardo
Barbosa**

Falemos agora da habilitação e formação específica, Junia?

**Junia
Ângela
de Jesus**

Nós fizemos vários questionamentos quando saiu a Resolução. Quando teve essa portaria da designação on-line, fomos informados que a designação da EJA seria presencial, e que na designação os professores deveriam apresentar a formação específica. E isso foi um acordo verbal. Na Resolução isso não estava previsto. Ao sair a Resolução, começou o processo de designação e nós encaminhamos essas questões para a Secretaria. Um dos argumentos era primar pela habilitação específica dos profissionais habilitados em: português, matemática, ciências, história e geografia. Assim como os profissionais que tivessem essa habilitação primeira, ele não seria desconsiderado em relação àquele que tivesse o CAT, a autorização precária ou a sua graduação não concluída. Então, seria preservado ali que o profissional habilitado, teria direito à designação como estava previsto lá na

designação, e que a Apae poderia fazer a formação ali em serviços. Conversei com várias Apaes nesse sentido e aí é importante, porque a Apae não quer trocar ou não quer outro profissional. O que eu observo é que a proposta da EJA se perdeu neste contexto, porque a própria instituição também não tinha segurança do projeto, da proposta que estava sendo desenvolvida, para que o profissional habilitado chegue e entenda, que ele vai se encaixar em uma proposta que a Apae tem e que ele não vai atuar como está acostumado a atuar em uma escola comum. A dificuldade da instituição em dizer a esse profissional que a prática é importante para o nosso aluno e que ele teria que lidar não só com o conteúdo, mas, com a prática para lidar com esse conteúdo, seja em uma oficina que a Apae já tem.

Eduardo Barbosa

Eu não sei se a Apae de Belo Horizonte teria como ilustrar como vocês resolveram esse problema. Daquela diretriz de EJA finais utilizando as oficinas, com esse profissional novo e que às vezes, não estava acostumado a lidar com essa metodologia.

Apae Belo Horizonte

Com a educação continuada. Na verdade, é muito importante que a direção da escola, a equipe pedagógica, os profissionais da escola, conheçam os profissionais que recebem. Nós fizemos uma avaliação de desempenho em diálogo com esse professor, descobrimos as suas dificuldades nós adotamos o currículo adaptado, não deixamos de trabalhar com os eixos, não deixamos de trabalhar com a proposta, porém dentro das oficinas que nós temos, nós adaptamos, não com facilidade, mas, com muito diálogo. Vamos supor: aqui, em Belo Horizonte, nós temos a oficina de bijuteria, de sabonete e de encadernação, artes e temos o registro. Alguns professores chegam e também não entendem como eles vão trabalhar com essa oficina. Com isso, quando nós falamos de educação continuada, convidamos os próprios professores para falar um pouco das suas experiências e fazer uma relação entre a disciplina e a oficina a ser dada. Por exemplo, oficina de sabonete e higienização: dentro da higienização, como aqueles professores da área do conhecimento poderiam trabalhar. Então, tudo isso, se faz na educação continuada, com a direção, a orientação pedagógica, diretamente com os seus

professores, no tempo dos módulos. Então, hoje, todos os nossos alunos fazem oficinas adaptadas. Mas há uma conexão entre o eixo temático, o currículo e essa adaptação. Eu acho que nós estamos tendo muito sucesso, os alunos sabem diferenciar o que é cada oficina. Lembrando que a gente conta com a família para isso. Naquelas atividades de final de semana, tem muita atividade da oficina. Então, eu acho, particularmente, que dentre as dificuldades, está na hora da escola dentro da Apae ampliar os seus horizontes. Eu acho que a educação não é engessada, e essa proposta faz com que nós educadores, tenhamos que nos atualizar.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Lá você também tem rotatividade, certo, Luciana? Porque parece que está tudo certinho, mas, não está não.

**Apae
Belo
Horizonte**

Temos. Esse ano, nós temos: eu sou novata, vamos dizer assim, e eu tenho professores novatos também.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Quantos calendários?

**Apae
Belo
Horizonte**

Quatro calendários. Porque os professores foram designados nos segmentos, em períodos diferentes, todos esses quatro calendários vão fazer a reposição. Agora, eu aconselho muito a vocês estarem perto do inspetor, eu sou essa pessoa que tenho contato com inspetor, que tiro dúvidas, porque a nossa maior questão é fazer com que esse aluno tenha os direitos que eles legalmente têm. E eles vão ter. Em termos práticos é o seguinte: é através de um diálogo com o inspetor mesmo. Por quê? Porque a nossa reposição vai começar em agosto, isso tem que ser uma programação antecipada, porque não basta programar essa reposição. Porque tem alguns professores que trabalham na instituição, mas não podem fazer essa reposição por lei. Aqueles que têm dois cargos. Então, a reposição tem que ser feita com antecedência. No nosso caso isso já

foi feito e nós vamos ter dois casos de reposição na APAE-BH. Uma daqueles professores designados que chegaram atrasados e da própria reposição que se faz devido a atender um calendário só. Aquele que pega feriados, etc. A reposição de professores designados vai acontecer aos sábados. Já a reposição que a gente chama de comum vai acontecer no final do ano. Então, isso tudo tem que sentar, programar, chamar o inspetor ou inspetora, por que isso tem que ser autorizado.

**Eduardo
Barbosa**

Então, para mim está tudo muito bem claro como devemos proceder. Tem uma pergunta ainda, sobre o módulo dois?

**Apae
Belo
Horizonte**

Nós trabalhamos com dois tipos de módulos. Aquele módulo que acontece na escola, e, nosso módulo dois acontece uma vez por mês, aos sábados e nós temos quatro horas. Para que esse módulo ocorra, nós temos que ver a disponibilidade do professor mediante QI. E através do módulo dois que nós fazemos a educação continuada com treinamentos. E nós aproveitamos esses módulos para entender aquelas dificuldades maiores que estamos enfrentando na escola, de onde as questões são tiradas. Eu acho que tudo depende de uma palavra: motivação. Porque tem aqueles professores que realmente não tem o conhecimento, mas eles querem, eles podem contribuir e tem aqueles professores que contribuem muito. Eu acho que isso tudo depende da forma como a gestão pedagógica vai conduzir.

**Junia
Ângela
de Jesus**

Desde o começo do projeto da EJA, nós ouvimos várias frases, em relação à proposta, considerando o perfil dos alunos. Então, a gente vai fazer de conta que vamos oferecer os anos finais... A gente está brincando de fazer escola. Eu vou implantar para não perder os meus professores. Você acha que esses meninos vão aprender esses conteúdos? E aí eu percebo que muitas pessoas não aprenderam a proposta do projeto quando o trouxemos à prática. Então, o conteúdo tem que estar na intenção do professor. Na intenção do professor que prepara, que

organiza a sua aula, que organiza a prática que vai ser ali desenvolvida, e o aluno dependendo do seu perfil, não vai ter o domínio conceitual daquele conteúdo. Mas, o domínio prático daquele conteúdo é possível que ele adquira.

**Eduardo
Barbosa**

Chegamos então ao final desse ciclo de videoconferências, acreditando que todos nós tivemos a oportunidade de expor nossas dúvidas, nossas inquietações, nossas dificuldades, nossos erros e nossos acertos. Por isso, quero encerrá-lo com a certeza de que muito aprendemos juntos e que juntos, pudemos reafirmar o nosso compromisso com a organização dos serviços de assistência social, saúde, emprego apoiado e educação.

...

05

UMA
PALAVRA
FINAL

A estratégia de utilizar as videoconferências nos possibilita estar mais próximos das Apaes, principalmente em um Estado tão grande como o nosso, e estabelecermos um diálogo mais frequente com os profissionais, técnicos e dirigentes, sobre os rumos da instituição.

Dentro do que foi priorizado neste ano, estabelecemos um debate sobre a organização de serviços, e esse registro traz pra nós a riqueza de como essa discussão se torna fundamental e importante.

O que precisa estar muito claro na mente de todos os dirigentes e profissionais envolvidos na organização desses serviços, é que nossa estrutura de prestação de serviços necessita, claramente, de uma concepção baseada em referências científicas que respaldem as nossas propostas. Porque é justamente essa organização muito bem estruturada que nos traz um diferencial na oferta de políticas públicas, e que faz com que o papel das Organizações da Sociedade Civil se torne relevante para os gestores públicos estabelecerem ou manterem parcerias conosco.

O realce disso tudo também é mostrar para todos, a partir do nosso trabalho, que as possibilidades reais de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual existem, e é através desse potencial bem desenvolvido que nós vamos promover a verdadeira inclusão social.

Vamos valorizar o trabalho técnico na Apae, porque ele é o que nos traz de fato uma segurança para a construção de uma história que foi tão rica até então, mas que precisa ser construída e renovada a cada instante.

Esperamos que esse documento possa contribuir para que os serviços ofertados pelas Apaes de Minas Gerais resultem em melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e de suas famílias.

ABRAÇO FRATERNAL

Eduardo Barbosa



